



**13** Juventude e participação: apatia ou exclusão política?

*Danilo Moreira e Luisa Barbosa*

**21** Conselho Nacional de Juventude: democracia e participação

*Márvia Scárdua*

**27** Um novo olhar sobre a juventude: o marco regulatório das Políticas Públicas de Juventude no Brasil

*André tokarski*

**34** Perfil da Sociedade Civil no Conjuve

*Luciana Soares*

**38** Juventude e Cibermilitância: aspectos e oportunidades da participação política na internet

*Shayana Busson*

**42** Os jovens no trabalho solidário: novos rumos da participação política?

*Lúcia Rabello de Castro*

**48** Juventude, eleições 2010 e o projeto de desenvolvimento

*Marcelo Gavião*



NESTA EDIÇÃO



**DESAFIOS AO PROJOVEM URBANO**

Diego Monteblanco

**4**

**2** EDITORIAL



**52**



4P – Política Para o Povo da Periferia

Toni C.

**50**



**REFORMA DA LEI DO DIREITO AUTORAL**

O acesso ao conhecimento em debate

*Eleonora Rigotti*

**9**

Juventude@Juventude.br

**56**



**Editora:** Brenda Espindula

**Jornalista responsável:** Fernando Borgonovi

**Capa e diagramação:** Cláudio Gonzalez

**Preparação de originais:** Brenda Espindula

**Comercialização e distribuição:** Rovilson  
Portela

Tiragem: 5.000 exemplares

### **Conselho Consultivo do CEMJ:**

Alessandro Lutfy Ponce de Leon, Arthur José  
Poerner, Augusto Buonicore, Fábio Palácio de  
Azevedo, Fabiano de Souza Lima, José Carlos  
Ruy, Mary Castro, Natividad Guerrero Borrego,  
Regina Novaes.

### **DIRETORIA DO CEMJ:**

#### **Presidente**

Fabiana Costa

#### **Diretor de Planejamento e Patrimônio**

Rovilson Portela

#### **Secretário Geral**

Augusto Vasconcelos

#### **Diretora de Estudos e Pesquisas**

Brenda Espindula

#### **Diretor de Memória**

Fernando Garcia

#### **Diretor de Cultura**

Carolina Maria Ruy

#### **Diretor de Comunicação**

Vandré Fernandes Barros

#### **Diretor de Atividades Educativas e Esportivas**

Alexandre Rosa

A revista Juventude.br aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério da editoria e do Conselho Consultivo do CEMJ, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica em compromisso da revista ou do CEMJ com seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15.000 caracteres com espaços. Artigos maiores dependerão de acerto prévio com o editor. Os artigos devem ser enviados em formato texto. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



Os artigos publicados na Juventude.Br são licenciados pela Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0. Maiores informações sobre a licença: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>

É fundamental constatar que os jovens brasileiros têm encontrado formas inovadoras para incidir no espaço público

Para alguns, pensar em participação da juventude significa re-memorar os anos de 1960 e 1970 e reportar-se à experiência de engajamento da juventude da época. Geralmente, sob essa postura, mitifica-se a participação da geração de 1968 e, a todo custo, tenta-se enquadrar nessa lente as formas atuais de participação dos jovens, concluindo muitas vezes que a juventude de hoje se encontra em um estado de letargia. A fim de problematizar esse debate, a Juventude.Br propõe uma reflexão sobre a dinâmica contemporânea da participação da juventude manifesta na realidade do país. Ainda, pretende avaliar a relação entre o Estado e os movimentos juvenis e o impacto dessa interação para o avanço das políticas públicas de juventude.

Nesse sentido, é fundamental constatar que os jovens brasileiros têm encontrado formas inovadoras para incidir no espaço público. Não bastam olhares simplificadores para explicar a ação coletiva dos jovens. Mais que analisar a condição social de um grupo específico para entender as causas que conformam a sua ação, é preciso identificar os conflitos em que os jovens estão enredados, para então compreender que fatores, próprios da condição juvenil, mobilizam o engajamento. A partir desse pressuposto, apontam Danilo Moreira e Luisa Barbosa, na presente edição, que “ao invés de abandonar as formas clássicas de participação juvenil – como movimento estudantil, juventudes partidárias ou sindicais –, muitos jovens combinam frentes de lutas específicas com debates sobre questões estruturais”, bem como “as questões específicas – como as relativas à política de segurança, desigualdade de gênero e etnia – são incorporadas pelo movimento estudantil, juventudes partidárias ou movimentos sindicais”.

Para além da dicotomia comum entre formas tradicionais e novas formas de fazer políticas, Mary Castro e Miriam Abramovay concluem na pesquisa “Quebrando mitos: juventude, participação e políticas” - aproximando do argumento apresentado acima- que são múltiplos os *pontos de decolagem* para a participação, não havendo caminhos únicos. A diversidade de bandeiras passa a ser pautada na medida em que as organizações juvenis promovem diferentes frentes de luta. De certo modo, pode se afirmar que há uma tendência de valorização das lutas específicas pelas organizações políticas que possuem as suas identidades historicamente solidificadas – ditas convencionais – e que se orientam por mudanças estruturais, configurando de modo mais dialético a relação entre focalização e universalismo.

Ao mesmo tempo, é necessário avaliar o estatuto do trabalho solidário como forma de engajamento dos jovens de hoje. Em pesquisa realizada por Lucia Castro, Beatriz Pérez e Conceição Silva com jovens atuantes no trabalho solidário identificou-se que as “ações objetivam mudanças que consideramos como ‘pontuais’, em oposição a ‘ações globais’, orientadas por uma ética de responsabilidade e solidariedade” e mais que “a transformação da sociedade não é almejada de forma estrutural, mas no plano das mudanças individuais, ou seja, provocando mudanças na história de vida das pessoas”. Abre-se à agenda de pesquisa

de todos que estudam a participação juvenil aprofundar a compreensão sobre os motivos que levam os jovens identificados com o trabalho solidário a demarcar o sentido da ação nas fronteiras do grupo que pertencem. E mais, entender os limites do trabalho solidário em “criar alianças com outros cujas lutas se encaminham em direções semelhantes”.

Outro elemento importante a ser analisado é a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação pelos jovens para potencializarem a sua participação social. As redes virtuais, tão valorizadas pelos jovens, passam a ser usufruídas como mecanismos organizacionais políticos. Para Shayanna Busson, “no cenário contemporâneo de interferência política da juventude, há até formas não presenciais de luta e participação, como o caso dos identificados ciberpolíticos, que atuam por meio de redes virtuais de emails, grupos de discussão, etc”.

Assim, ao tempo que procuram novos formatos e orientações para a participação, os jovens tendem a criticar à política institucionalizada, especialmente às práticas clientelistas presentes nesse espaço. Entretanto, em sua grande maioria, os jovens acreditam que a solução dos seus problemas passa pela política. Isso reflete na crescente reivindicação do direito à participação, seja pela proposição, desenvolvimento e avaliação das políticas públicas, seja pela luta pela consolidação de um marco legal para as PPJs. Além disso, por mais que historicamente estejam excluídos dos cargos eletivos, visto pelos índices irrisórios de jovens parlamentares e jovens gestores públicos, os movimentos juvenis entendem que a transformação da realidade depende também da atuação nos poderes constituídos do Estado. O descrédito se apresenta em relação a determinadas práticas da política institucionalizada, mas não ao governo, fazendo com que os jovens reconheçam tanto a responsabilidade do Estado na garantia de seus direitos quanto o papel do protagonismo juvenil na construção do Brasil que queremos. Essa é uma atitude que rompe com as representações dos jovens como alienados e desinteressados.

A cada geração, a juventude no nosso país herda as conquistas e ensinamentos da luta contra a ditadura militar. Nos anos de 1970, espaços são reivindicados a fim de fazer acontecer o processo de democratização da sociedade brasileira. Essa defesa pressupõe que a efetivação de mudanças substantivas depende da inclusão dos destinatários das políticas públicas nos processos decisórios. Esse movimento culmina na década de 1980 com a defesa da promoção de formas de democracia participativa, como remédio para a arraigada tradição oligárquica de gerir a coisa pública presente na história do nosso país. Germina-se aí a criação dos Conselhos como estruturas institucionais que realizam o



É imprescindível pressupor que as mutações nas formas e conteúdos da participação são motivadas pelas novas configurações sociais, que interferem nas motivações e condições objetivas que favorecem ou inibem os processos de participação.

direito de exercer o poder através da participação. Legado desse processo, hoje o empoderamento da juventude passa a contar com o Conselho Nacional de Juventude e multiplicados conselhos estaduais e municipais. Márvia Scárdua reafirma essa concepção quando afirma que “o Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE - é uma experiência de democracia participativa: a sua realização é a reafirmação da ideia de que, nos intervalos de expressão da vontade nas urnas, devemos estabelecer canais institucionais de interlocução com a sociedade, a respeito dos rumos das políticas públicas”.

Hoje é preciso indagar sobre a existência de novas maneiras de articular projetos pessoais e coletivos, mas sem deixar de situá-las no contexto histórico que as conformam. É imprescindível pressupor que as mutações nas formas e conteúdos da participação são motivadas pelas novas configurações sociais, que interferem nas motivações e condições objetivas que favorecem ou inibem os processos de participação. Nos últimos anos, o embate contra a visão neoliberal, ainda presente na agenda pública do país, tem inscrito nas demandas dos movimentos juvenis o desejo de um Estado presente, democrático e que promova o protagonismo social. Ao reconhecer a contribuição dos movimentos de resistência e reconstrução da democracia nos anos de chumbo para a história do Brasil, os jovens afirmam que os tempos mudaram: não querem ser encarados apenas como segmento específico beneficiário de políticas públicas, exigem novos parâmetros de gestão e democracia na relação entre Estado e sociedade. A juventude reinventa as formas e os conteúdos da participação para estar cada vez mais presente na definição dos rumos do país, influenciando na orientação das políticas de Estado e fortalecendo as mobilizações contra as injustiças e desigualdades que marcam a nossa história. ❶

# Desafios ao Projovem Urbano

Diego Monteblanco\*

São inúmeros os programas do governo e da sociedade civil que vêm sendo destinados à garantia de direitos de populações em situação de pobreza e historicamente marginalizadas. No Brasil, tais programas constituem-se em esforços valiosos para a construção de uma sociedade apoiada em valores e relações democráticas e preocupada com a justiça social.

Com relação aos programas direcionados à promoção de direitos da juventude, destacam-se, nas últimas duas décadas, iniciativas voltadas aos direitos de educação, trabalho, participação política, cultura, saúde, entre outros. Essas iniciativas vieram acompanhadas de inúmeros esforços para construir espaços institucionais, tais como coordenadorias, secretarias, conselhos, fóruns participativos e outros mais voltados à articulação, planejamento, execução e avaliação de políticas.

Estes processos estão visivelmente ancorados em outros avanços na estrutura institucional das políticas sociais<sup>1</sup>, tais como: 1) a aprovação de marcos legais importantes, como a Constituição Federal de 1988, e legislações criadas em sequência, nos anos 90, para regulamentar e garantir direitos iguais à assistência (LOAS), à saúde (SUS), o acesso universal à educação (LDB), entre outros; 2) o rearranjo administrativo que vem possibilitando avanços nos processos participativos da sociedade na gestão pública.

Entretanto, mesmo com esses referidos avanços, a sociedade brasileira continua apresentando situações múltiplas de desigualdade que ferem as utopias de igualdade e justiça social que norteiam os referidos esforços.

Sabe-se, de praxe, que os jovens no Brasil são uma das maiores vítimas

ARQUIVO



Jovens da cidade de Vitória/ES beneficiários do Projovem Urbano

dessa desigualdade, vivenciando suas mazelas em relação ao desemprego, violência, pobreza e falta de reconhecimento social e de projetos futuros. Mesmo sendo beneficiada transversalmente por políticas universais de educação, saúde, habitação e assistência social, a população atualmente conceituada como juventude – ou juventudes – tangenciou historicamente uma espécie de hiato, em termos de direitos específicos e ações focais do governo ao longo do século XX. Em uma breve reflexão, podemos dizer que direitos específicos foram construídos ao longo da trajetória das políticas sociais no Brasil, com foco principal para demandas dos trabalhadores, dos contribuintes (no caso da previdência)<sup>2</sup> ou, ainda, para a infância.

O Projovem – uma relevante iniciativa do governo federal em parceria com outras instituições governamentais e não governamentais – procura cobrir esse hiato, assim como um conjunto de outras ações que vêm sendo desenvolvidas. Esse programa se iniciou em 2005, tendo como eixos estratégicos a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e a participação cidadã de jovens de 18 a 24 anos que não concluíram os

Mesmo sendo beneficiada transversalmente por políticas universais de educação, saúde, habitação e assistência social, a população atualmente conceituada como juventude – ou juventudes – tangenciou historicamente uma espécie de hiato, em termos de direitos específicos e ações focais do governo ao longo do século XX.

ensino fundamental e que não trabalhavam. A partir de 2008, foi ampliada a abrangência abarcando os jovens de 18 a 29 anos, alfabetizados, que não concluíram o ensino fundamental, trabalhadores ou não. Atualmente, o programa passou a ser denominado Projovem Urbano, fazendo parte do Projovem Integrado em conjunto com outras políticas destinadas a esta população.

Sua relevância pode ser apontada por diversos motivos, dentre os quais três podem ser percebidos de uma maneira bem nítida.

O primeiro se refere à situação social precária em que se encontra uma grande parcela dos jovens no

O Projovem – uma relevante iniciativa do governo federal em parceria com outras instituições governamentais e não governamentais – procura cobrir esse hiato, assim como um conjunto de outras ações que vêm sendo desenvolvidas.

Brasil. Segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA intitulado *Juventude e Políticas Sociais no Brasil* (CASTRO; AQUINO, 2008), em 2006, os jovens entre 15 e 29 anos de idade somavam 51,1 milhões de pessoas, o que então correspondia a 27,4% da população nacional total. Sobre o tema *desemprego*, o relatório destaca que estes jovens somam aproximadamente 46% do total de indivíduos nessa situação no país. A qualidade da ocupação é outro problema destacado pelo estudo: 50% dos ocupados entre 18 anos e 24 anos são assalariados sem carteira, ficando em 30% a porcentagem dos que têm de 25 anos a 29 anos de idade. A insuficiência de rendimentos aparece também como uma situação preocupante, já que 31% dos indivíduos entre 15 anos e 29 anos podem ser considerados pobres, pois têm renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo. Por fim, com relação à educação,

ARQUIVO



Jovens estudantes do Projovem Urbano da cidade de Recife/PE

2,8% são analfabetos, 68,3% não frequentam atividades regulares de ensino e 19,9% não concluíram o ensino fundamental.

Num segundo plano, em termos de relevância, há de se considerar que existe toda uma mística em torno do programa, que também é resultado do fato de o mesmo ter sido instituído<sup>3</sup> em conjunto com a criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional de Juventude – marcos institucionais históricos e simbólicos, no que se refere ao acumulado em termos de ações e espaços políticos destinados ao segmento juvenil.

Por último, não podemos deixar de valorizar as propostas e possibilidades que o programa apresenta. Afinal, para muitos jovens que, por diversos motivos e situações excludentes, abandonaram precocemente a escola, ele é uma nova oportunidade para concluir o ensino fundamental em um tempo relativamente curto – um ano e meio de duração. Além dessa possibilidade, existem outras questões que acrescentam um valor positivo ao Projovem Urbano: as atividades de qualificação profissional, as ações voltadas à inserção no mundo digital, o desenvolvimento de atividades de engajamento cidadão no município onde residem, a bolsa-auxílio que, mesmo sendo enxuta, acrescenta de alguma

forma à renda doméstica ou provê algumas necessidades de deslocamento e alimentação que o ingresso no programa acarretam.

Mesmo com todas essas razões para referi-lo dentro de uma perspectiva otimista enquanto iniciativa, não se pode deixar de considerar que o PJU é um programa que precisa de uma melhor avaliação em relação aos impactos ou resultados que vem apresentando. Como toda política que tem objetivos ousados – integração social de jovens em condições precárias de escolaridade e renda, e diminuição de desigualdades socioeconômicas –, o referido programa não escapa à necessidade de críticas e de propostas de reajustes, em termos de sua implementação.

Uma situação frequente em programas com objetivos semelhantes aos do Projovem Urbano tem sido os elevados indicadores de abandono. De acordo com os relatórios anuais de avaliação fornecidos pela gestão nacional, as evasões ocorrem desde o primeiro mês de atividades e se estendem até as etapas finais do curso. Conforme dados disponibilizados em um destes relatórios, cerca de 60% dos jovens inicialmente matriculados não concluíram o curso, em 2007. A maior parte deles (36,3 %) desistiu no início das atividades, antes da primeira avaliação formativa, e outra, em torno de 20%, evadiu após frequentar as aulas por um período maior (BRASIL, 2008, p. 45). Essa situação não foi e nem vem sendo diferente em ou-

Para muitos jovens que, por diversos motivos e situações excludentes, abandonaram precocemente a escola, o Projovem é uma nova oportunidade para concluir o ensino fundamental em um tempo relativamente curto – um ano e meio de duração.



Espaço e atividades do Projovem Urbano da cidade de Goiânia/GO

Todos esses motivos mais aparentes – estruturais do programa e situacionais dos jovens participantes – trazem à tona a necessidade de repensar algumas condições ofertadas no PJU: oferta de creches, turmas com escolaridade mais homogênea, integração com outros serviços, como os de assistência e saúde, transporte público, adequação do cronograma de aulas com a qualificação profissional.

tras propostas inclusivas atuais ou de um passado recente: Consórcio Social da Juventude, EJA, Projovem Adolescente, Serviço Civil Voluntário, entre outros.

A partir do estudo<sup>4</sup> realizado em 2008/2009, na região metropolitana de Porto Alegre, constatou-se que, mesmo diante das oportunidades relatadas anteriormente ou de perspectivas iniciais dos jovens matriculados coincidirem com os objetivos traçados pelo programa – *expectativas de elevar escolaridade (33,2%), de conseguir um emprego melhor, ou uma renda melhor, ou um trabalho com carteira assinada (19%), reconhecimento e integração social (11,9%), romper com o ciclo de desigualdades sociais, ao se oferecerem melhores condições de vida aos jovens (4,8%)* –, a maioria desistiu de frequentá-lo com o passar do ano. Em Novo Hamburgo, cidade desta região abordada no estudo, dos 800 matriculados em 2009, 198 jovens desistiram de participar nos primeiros dias de aula. Posteriormente, foram enturmadados outros 198 jovens, totalizando um total de 998 matriculados. Em setembro, restavam 449 jovens considerados alunos frequentes (44,9%).

Sobre as razões da evasão, o relatório de avaliação de 2007, apresentado pelos órgãos responsáveis pelo monitoramento e avaliação do programa, destaca alguns fatores que seriam os mais importantes como causa do

abandono, segundo a opinião dos jovens: atraso no pagamento das bolsas (36,1%); insuficiência das aulas de informática em laboratório (30,3%), dificuldade de deslocamento até o núcleo (26,1%), medo da violência nas proximidades do núcleo (26,2%) (BRASIL, 2008, p. 142).

Outros motivos ainda foram apontados pelos jovens pesquisados<sup>5</sup>, no estudo realizado em Novo Hamburgo: um dos jovens evadidos relatou dificuldade de conciliar seu desejo de participar com a distância do núcleo e a falta de ter com quem deixar seus filhos mais novos à noite. Uma jovem relatou vergonha e dificuldades de aprendizado com relação aos jovens mais novos que tinham mais escolaridade do que ela: *“eu gostava de tá lá no meio daquela gurizada, mas não conseguia acompanhar o que eles fazem. E dá vergonha de ser uma ‘baga-lona’ com pouco estudo lá no meio”*. Houve ainda um jovem que disse ser usuário de *crack* – uma epidemia que toma conta não apenas da população juvenil – e que, por essa razão, não conseguia acompanhar as aulas.

Todos esses motivos mais aparentes – estruturais do programa e situacionais dos jovens participantes – trazem à tona a necessidade de repensar algumas condições ofertadas no PJU: oferta de creches, turmas com escolaridade mais homogênea, integração com outros serviços, como os de as-

sistência e saúde, transporte público, adequação do cronograma de aulas com a qualificação profissional.

Para além desses problemas mais aparentes a serem tratadas pelos diferentes níveis de gestão do programa – nacional e local –, torna-se também necessário refletir sobre os sentidos *nem tão aparentes* dessa não adesão da maioria dos jovens inscritos. Tais sentidos podem ser considerados aqueles que fazem parte dos *sentidos socialmente construídos* pelos jovens na sua relação cotidiana de interação com outros atores participantes de suas redes sociais. Redes essas que, além de serem redes de reciprocidade e de segurança para a resolução de seus problemas contextuais de sobrevivência (LOMINITZ, 1975), também são redes ou teias de informação e significação (GEERTZ, 1997; SPINK, 2003).

Pensar nos *sentidos socialmente construídos*, os quais ancoram as percepções dos jovens *sobre o que parece possível e o que não parece possível* em termos de realizações de suas expectativas via Projovem Urbano, traz a necessidade de que os envolvidos e engajados no desafio de oferecer políticas que ampliem os canais de integração igualitária dos jovens na sociedade reflitam sobre as seguintes questões:

Qual a percepção que estes apresentam sobre a relação educação–mobilidade–integração social? Qual a

margem de segurança que o programa oferece aos jovens matriculados para que estes consigam seguir em frente, concluir o programa, visualizando e acessando outras oportunidades? Que confiança o Projovem pode oferecer para que esses jovens possam continuar seus estudos para além do ensino fundamental, para que estes possam ingressar e se manter em melhores condições de trabalho e renda ou, ainda, para que esses superem as condições de pobreza ou miserabilidade?

Para dar conta dessas questões, a atenção parece precisar voltar-se para outras condições a serem pensadas no projeto *Projovem Urbano*, as quais ganham maior destaque no presente texto. Destaca-se a necessidade de o projeto oferecer algumas condições que oportunizem a construção de uma rede de confiança dos jovens no programa, oferecendo: 1) *sequência* em termos de estudos em outros níveis posteriores de ensino; 2) *encaixe*<sup>6</sup> em oportunidades de estágios remunerados dignamente que não prejudiquem a sequência dos estudos; 3) *participação cidadã* que preveja uma atuação dos jovens no processo de monitoramento e avaliação do programa, para que esse possa ser compreendido pelos jovens como um direito passível do exercício da cidadania ativa (BENEVIDES, 1991), passível de ser remodelado e adequado de acordo com suas perspectivas e dificuldades.

Esta necessidade de pensar em estratégias que favoreçam a construção de uma rede de sociabilidade embasada na visualização de oportunidades concretas que favoreçam a *confiança* dos jovens no programa se dá pelo fato de que, na pesquisa realizada, estes apresentaram uma percepção sobre “limites do Projovem Urbano” que vão de encontro justamente com seus objetivos que projetaram ao ingressarem – objetivos que correspondem aos seus desejos, seus sonhos de uma vida digna.

Quando questionados sobre o que

Seria necessário criar ofertas de cotas para os formandos do Projovem em escolas técnicas, maior divulgação nas atividades educativas cotidianas sobre as novas políticas de democratização do ensino superior, estágios remunerados e de qualidade em parcerias com empresas e governos, um processo de avaliação contínuo que também seja resultado da participação cidadã ativa desses jovens.

gostariam que mudasse nas suas atuais circunstâncias de vida, que mesmo com a conclusão do Projovem não poderiam ser alteradas, estes jovens apresentaram algumas percepções céticas, as quais remetem a um alto grau de insegurança com relação ao futuro e a outras possíveis oportunidades: *não melhorará a minha renda, não conseguirei um bom salário ou um emprego que pague mais de 1 salário mínimo; ou um emprego digno (38,2%); não vou conseguir ingressar ou terminar o ensino médio ou continuar os estudos (9,6%); não possibilitará a casa própria (7,2%)*.

Há ainda outras respostas que indicam uma percepção sobre uma possível perpetuação geracional da pobreza em suas famílias: *não vai dar uma vida melhor para os meus filhos (4,2%)*.

Tais respostas apresentadas sobre os limites do programa coincidem com outras perspectivas ainda mais céticas apresentadas por alguns dos jovens pesquisados: *não vai mudar muito ou a maioria das coisas*. Aquilo que projetaram anteriormente, respondendo a questões relacionadas a seus sonhos, expectativas e objetivos, parece transformar-se – numa breve análise tácita das dificuldades a serem enfrentadas após a conclusão do programa – em riscos e inseguranças frente aos limites que vivenciam em seus cotidianos nas periferias urbanas.

Entre esses limites, podem ser destacados a vivência cotidiana em espaços com capital simbólico desvalorizado<sup>7</sup>, estigmas relacionados ao local de moradia<sup>8</sup>, necessidades emergenciais de sobrevivência que concorrem com o tempo destinado aos estudos, redes de relacionamento e de significação cotidiana com poucas experiências de mobilidade via elevação da escolaridade ou, ainda, com uma perspectiva “desacreditada” em relação a ações governamentais, devido a experiências frustrantes com outros programas que vivenciaram anteriormente.

Tais condições que circunscrevem alguns desafios do Projovem Urbano podem ser vistas como dificuldades de operacionalizar seus objetivos, em termos de uma política de inclusão e de equalização social para a população juvenil. Ou podem ser administradas como oportunidades de se repensarem algumas questões estruturais em termos de propostas e outras questões mais pedagógicas, que, talvez, sejam essenciais para sua viabilidade. Nesse sentido, seria necessário criar ofertas de cotas para os formandos do Projovem em escolas técnicas, maior divulgação nas atividades educativas cotidianas sobre as novas políticas de democratização do ensino superior, estágios remunerados e de qualidade em parcerias com empresas e governos, um processo de avaliação contínuo que também seja resultado da participação cidadã ativa desses jovens.

Dentro das atuais circunstâncias em que se constroem as relações do jovem da periferia com o Projovem Urbano, é provável que estes continuem a perceber que suas perspectivas de mobilidade – ou de pares, amigos e familiares – dificilmente venham a se realizar “via elevador”; mas, em geral e com muitos sacrifícios, “via escada de serviços”. Situação que tende a continuar limitando suas representações e seu engajamento sobre o *possível*. ●

\* **DIEGO MONTEBLANCO** Sociólogo, doutorando em sociologia pela UFRGS, membro do ITAPUY – Instituto de Estudos e Educação para o Desenvolvimento Local, do Comitê Regional de Educação em Direitos Humanos e do Grupo de Pesquisa “Democracia, espaço público e participação nas cidades” / Programa de pós-graduação em Sociologia da UFRGS. E-mail para contato: [dmontebianco@yahoo.com.br](mailto:dmontebianco@yahoo.com.br).

## NOTAS

- 1 Para uma análise sobre os avanços na estrutura institucional das políticas sociais, ver Draibe (2000).
- 2 Ver Medeiros (2001), com relação à trajetória do projeto de Welfare State no Brasil.
- 3 O Projovem, a SNJ e o CONJUVE foram instituídos por meio da Medida Provisória nº 238, de 01 fev. de 2005, transformada na Lei 11.129, de 30 jun. de 2005.
- 4 Estudo referente a pesquisa realizada para a dissertação de mestrado “À luz do dia, nem todos os gatos parecem pardos: percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do Projovem Urbano (BLANCO, 2009).
- 5 Neste estudo, foram pesquisados um total de 50 jovens. Destes, oito foram entrevistados e 42 responderam a questionário.
- 6 Por mais que seja válida a noção de tentar oferecer oportunidades de dedicarem-se um tempo de sua juventude exclusivamente para os estudos, com vistas a poder estar em condições de igualdade com jovens de outros estratos socioeconômicos no mercado de trabalho, os jovens pesquisados apresentam necessidades emergenciais de auxiliarem no sustento da renda doméstica, e uma das principais motivações para o ingresso no programa está relacionada a expectativas mais imediatas de trabalhar em outras oportunidades e melhorar os rendimentos.
- 7 Seguindo um pouco das algumas contribuições teóricas de Bourdieu (1992; 2007), pelas quais é possível analisar como as elites econômicas e/ou culturais constroem práticas ou um *habitus* de maior reconhecimento e diferenciação frente a outros estratos sociais, exercendo uma violência simbólica que desqualifica as práticas ou *habitus* dos estratos sociais populares, gerando estigmas e dificuldades de acesso a determinados “espaços”.
- 8 O que converge à circunstância que Novaes (2003) destaca como discriminação por endereço na concorrência por vagas no mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- BLANCO, Diego Monte. **À luz do dia, nem todos os gatos parecem pardos**: percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do Projovem Urbano. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- BRASIL. lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2010.
- BRASIL. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM. Subsistema de avaliação do programa. **Relatório parcial de avaliação do PROJOVEM 2007**. Brasília, 2008.
- CASTRO, Jorge A. de; AQUINO, Luseni (orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: ago. 2008.
- DRAIBE, Sônia Miriam. A Reforma dos Programas Sociais Brasileiros: panoramas e trajetórias. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 24., 2000, Petrópolis. **Anais...** Petrópolis, 2000.
- GEERTZ, Clifford James. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOMINITZ, Larissa. **Cómo sobreviven los marginados**. 15. ed. Siglo Veintiuno Editores: México, 1975.
- MEDEIROS, Marcelo. Trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 30 aos anos 1990. **Texto para discussão**, n. 852. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <[http://www.povertycentre.org/medeiros/2001\\_welfare\\_state\\_brasil\\_ipea\\_td852.pdf](http://www.povertycentre.org/medeiros/2001_welfare_state_brasil_ipea_td852.pdf)>. Acesso em 05 fev. 2009.
- NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas. Juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.
- SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- Referências consultadas:**
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2009.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2009.
- PROJOVEM. Disponível em: <<http://www.projovemurbano.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2009.

# Reforma da Lei do Direito Autoral: o acesso ao conhecimento em debate

Eleonora Rigotti\*

A elaboração de leis em consonância com a realidade deve ser um princípio norteador do Direito; entretanto, norma e prática nem sempre caminham juntas. Um dos exemplos são os conflitos originados a partir do descompasso existente entre a Lei de Direito Autoral em vigor no Brasil (LDA – Lei 9.610/98) e a prática cotidiana. Baixar músicas da internet para o computador ou tocador pessoal e fotocopiar livros na universidade, práticas tão comuns no dia a dia de todos, constituem crime de violação do direito autoral.

As novas possibilidades surgidas com as inovações tecnológicas e com o uso cada vez mais expandido e cotidiano da *internet*, ao mesmo tempo em que proporcionam novas maneiras de produção, difusão e acesso aos produtos culturais, também abrem espaço para a rediscussão dos direitos dos autores e dos consumidores nesse novo contexto, além de conferir à mobilização pelo reconhecimento dos direitos de grupos historicamente excluídos do acesso à informação (a exemplo dos portadores de necessidades especiais) centralidade no processo de rediscussão de novos parâmetros do acesso ao conhecimento. A lógica econômica promovida pela *internet* quase zerou os custos de reprodução e passou a incentivar o compartilhamento dos produtos digitais. Equilibrar os direitos de quem produz com os de quem consome, à luz da necessidade de regulação dos direitos autorais na era digital, é o maior desafio na elaboração das políticas públicas de cultura no atual momento em nosso país.

A partir da demanda por reforma da lei identificada na II Conferência Nacional de Cultura, em 2005, o Minis-

tério da Cultura lançou, já em 2007, o Fórum Nacional de Direitos Autorais: uma série de debates temáticos e reuniões setoriais acerca de mudanças na LDA e sobre qual deve ser o papel do Estado nesse campo. Iniciativa, inclusive, que deve ser elogiada do ponto de vista da participação da sociedade no processo de mudança da lei.

Um aspecto central do Ministério ao longo do Governo Lula tem sido, além da aproximação com a sociedade (seja por meio do lançamento de Editais para fomento financeiro, seja por meio de reuniões específicas), trazer a Cultura para a centralidade da preocupação nacional, passando a uma compreensão mais ampliada do conceito, que vai além do próprio Ministério. É papel da Cultura refletir também as diversas manifestações, contradições e processos políticos abertos na sociedade brasileira, e o governo parece ter entendido bem essa relação.



Embora traga no nome a menção aos direitos autorais, o dispositivo legal tem servido mais à proteção dos intermediários (as editoras e gravadoras) do que dos autores das obras. Em recente comparação entre 16 países, a lei brasileira foi considerada a quarta pior, no que diz respeito ao acesso ao conhecimento.

Embora traga no nome a menção aos direitos autorais, o dispositivo legal tem servido mais à proteção dos intermediários (as editoras e gravadoras) do que dos autores das obras. Em recente comparação entre 16 países, a lei brasileira foi considerada a quarta pior, no que diz respeito ao acesso ao conhecimento; e é também um entrave no que diz respeito à digitalização dos acervos de bibliotecas e museus.



Cabe aqui uma diferenciação entre o estudante, o professor, a escola que reproduz uma obra com fins educacionais e uma empresa que reproduz em larga escala, a fim de comercializar com preços mais baixos. A segunda ação não pode servir de parâmetro para o julgamento da primeira.

também são beneficiadas com isenção de impostos. Assim sendo, a obra foi financiada com recursos públicos em toda a sua cadeia de produção e distribuição, residindo aí uma enorme contradição no bloqueio ao acesso da sociedade (a real financiadora) a essa obra. O mesmo estudo revela ainda que 1/3 da bibliografia básica exigida em 10 cursos de graduação da Universidade de São Paulo (USP) encontra-se esgotada, não havendo, portanto, meios de se adquirir tais exemplares, o que torna, então, necessário o recurso à cópia reprográfica, por parte tanto dos alunos quanto dos professores.

Cabe aqui uma diferenciação entre o estudante, o professor, a escola que reproduz uma obra com fins educacionais e uma empresa que reproduz em larga escala, a fim de comercializar com preços mais baixos. A segunda ação não pode servir de parâmetro para o julgamento da primeira. Estudantes, professores e estabelecimentos de ensino devem ter seus objeti-

vos e ações resguardados: a produção de conhecimento. É de conhecimento geral que autores não ficam ricos publicando livros, tampouco cantores vivem da venda de CDs; ambos desenvolvem outras atividades que garantem retorno financeiro sem passar necessariamente pelos intermediários. É o caso de palestras, conferências e participação em seminários, no caso dos autores, e *shows* e eventos publicitários, no caso dos artistas. É óbvio que os direitos dos autores devem ser resguardados e regulamentados pela nova lei, assim como o acesso da sociedade aos produtos culturais deve ser respeitado.

Buscando esse equilíbrio, as contribuições acumuladas desde a criação do Fórum pelo Ministério culminaram numa proposta de reformulação da LDA. O anteprojeto passou pela Casa Civil da Presidência da República, que fez observações técnicas e o devolveu ao MinC, por intermédio do qual agora aguarda para ser submetido à consulta

Surge-nos então uma questão: se a lei está em descompasso com a realidade (concreta e determinada por diferentes circunstâncias), não seria, então, o momento de adequá-la a essa nova realidade? Um conflito entre a norma e o comportamento dos cidadãos é prejudicial, não apenas por colocar em descrédito os ordenamentos jurídicos, mas também porque a sociedade transita em um ambiente de dúvidas sobre o que é e o que não é permitido fazer em relação às obras. A LDA tem se mostrado insuficiente e inadequada para dar conta da realização de direitos fundamentais – e constitucionais –, como são o direito à educação e ao acesso à cultura, à informação e ao conhecimento.

Segundo dados do Gpopai-USP, 90% dos livros didático-científicos foram produzidos enquanto os professores-autores eram contratados em regime de dedicação exclusiva nas universidades públicas brasileiras. Isso significa que, além do salário recebido pelo exercício da profissão, eles ainda usufruíam da infraestrutura da Universidade e, muitas vezes, contaram com incentivos financeiros de agências de fomento para a realização das pesquisas. Ao mesmo tempo, as editoras responsáveis pela publicação e distribuição da obra final (um livro, uma tese)



pública. É por meio desse mecanismo que a sociedade poderá se manifestar livremente sobre o marco legal dos direitos autorais no Brasil. A consulta é mais um espaço de interferência dos cidadãos na formulação do novo dispositivo, que deve ser menos generalista e estar mais comprometido com a realidade cotidiana e com a promoção do livre acesso ao conhecimento.

Por todo o país espalham-se grupos da sociedade civil organizados, de forma a promover a divulgação e o debate acerca dos pontos polêmicos da nova lei. Organizações como o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) são alguns exemplos de entidades que vêm travando a discussão entre seus pares. A ideia principal é fazer com que estudantes, professores, artistas e cidadãos-comuns influenciem na construção de um marco legal que atenda às reivindicações da sociedade moderna; reivindicações essas que passam por garantir o acesso pleno ao conhecimento, a democratização da cultura no país e um real equilíbrio entre o direito do autor e o interesse público. Além disso, a nova lei deve contemplar:



- os novos usos de obras possibilitados pelas novas tecnologias;
- a permissão plena do uso das obras para fins educacionais e científicos;
- a reprodução das obras para fins de proteção do patrimônio cultural;
- mecanismos que garantam a expansão do acervo em domínio público;
- garantias reais de proteção aos autores, na sua relação com os intermediários culturais.

O central nesse momento é compreender o acesso democrático ao conhecimento como fundamental para o processo educativo, dentro e fora dos ambientes educacionais. Os direitos autorais devem ser respeitados, sim, como expressos na Constituição Federal e na Declaração dos Direitos Humanos, mas, também, cabe-nos diferenciar o direito dos autores do di-

reito das editoras, o interesse público do privado. Cercar a reprodução de obras já esgotadas, impor preços não condizentes com a realidade econômica do país e criminalizar estudantes e professores pela tentativa de distribuir e compartilhar conhecimento não são atitudes condizentes com uma perspectiva de democratização da Educação.

Se considerarmos a informação como recurso educacional e cultural, portanto direito de todos, devemos então resguardar o acesso e a difusão desse recurso, com vistas à construção da cidadania. 📍

\***ELEONORA RIGOTTI** é estudante de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP) e integrante do Centro e Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA) da União Nacional dos Estudantes (UNE).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2010.

### Referências consultadas

CARBONI, Guilherme; ORTELLADO, Pablo; ROSSINI, Carolina. Direitos autorais e acesso ao conhecimento. **Folha de São Paulo**, 27 abr. 2010.

Carta aberta à II Conferência Nacional de Cultura, março de 2010. Disponível em: <[www.une.org.br](http://www.une.org.br)>. Acesso em: 13 abr. 2010.

DESAFIOS DA CONJUNTURA: Publicação do Observatório da Educação da Ação Educativa. São Paulo: Ação Educativa.

MACIEL, Marília; MONCAU, Luiz Fernando. **Reforma de Lei de Direito autorais**: um debate de toda a sociedade. Disponível em: <[http://www.mpb.com/maismpb/default.asp?session=ler\\_artigo3](http://www.mpb.com/maismpb/default.asp?session=ler_artigo3)>. Acesso em: 23 abr. 2010.

Moção de Apoio do XXII Congresso Nacional de Pós-Graduandos à

Reforma da Lei de Direito Autoral. Disponível em: <[www.anpg.org.br](http://www.anpg.org.br)>. Acesso em: 13 abr. 2010.

MONTEIRO, Akarin. A importância da Reforma da Lei de Direito Autoral para a Educação Brasileira. **E-trabalho**. Disponível em: <<http://arakinmonteiro.wordpress.com/2010/02/15/a-importancia-da-reforma-da-lei-de-direito-autoral-para-a-educacao-brasileira/>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

MONTEIRO, Arakin; VARELLA, Guilherme. Os elefantes brancos do direito autoral. **Última Instância**, 16 abr. 2010. Disponível em: <[http://ultimainstancia.uol.com.br/colunas\\_ver.php?idConteudo=63679](http://ultimainstancia.uol.com.br/colunas_ver.php?idConteudo=63679)>. Acesso em: 22 abr. 2010.

REFORMA da lei de Direito Autoral. Disponível em: <[www.reformadireitoautorais.org.br](http://www.reformadireitoautorais.org.br)>. Acesso em: 20 mar. 2010.

REVISÃO da lei de direito autorais. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/direitoautorais/>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

RIGOTTI, Eleonora. A importância do xerox na vida universitária. Disponível em: <[www.cucadaune.blogspot.com](http://www.cucadaune.blogspot.com)>. Acesso em: 12 mar. 2010.

**DOSSIÊ**

# Juventude e Participação

Hoje é preciso indagar sobre a existência de novas maneiras de articular projetos pessoais e coletivos, mas sem deixar de situá-las no contexto histórico que as conformam. É imprescindível pressupor que as mutações nas formas e conteúdos da participação são motivadas pelas novas configurações sociais, que interferem nas motivações e condições objetivas que favorecem ou inibem os processos de participação.





# JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO: APATIA OU EXCLUSÃO POLÍTICA?

Daniilo Moreira e Luisa Barbosa\*

São recorrentes as análises que identificam uma apatia da juventude brasileira, na atualidade. Tende-se a considerações ligeiras e pouco embasadas (CASTRO; ABRAMOVAY, 2009, p. 31). Reflexões – sejam elas sociológicas, jornalísticas ou históricas – permeiam a opinião do senso comum e constroem uma aparente *verdade absoluta* em que o jovem é percebido, na atualidade, como uma categoria passiva da sociedade.

Tal reflexão vem pautada em diversas esferas da política associativa. O foco principal da crítica, entretanto, é relativo à participação na vida política e nas instituições de transformação social: os ideais individualistas e consumistas são percebidos como predominantes na juventude desse século, e a perspectiva da coletividade parece não representar mais uma preocupação dos jovens.

Essas análises vêm muito impregnadas de elementos comparativos, relativos à participação da juventude em décadas anteriores. As décadas de 60 e 70 são, principalmente, a referência fundamental de “*como a juventude deve atuar*” ou um exemplo de “*juventude engajada*”. Uma visão idealizada – principalmente da geração de 1968 – é a lente do olhar atual sobre os jovens.

Tais reflexões, contudo, deixam de considerar o momento histórico atual e suas múltiplas facetas; deixam também de apreciar a existência e vitalidade de diversos movimentos juvenis, a participação da juventude nas esferas de poder e o crescimento no alistamento eleitoral de jovens entre 16 e 17 anos.

No final de 2005, a pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas”, do Instituto Pólis e do Ibase, evidenciou que a juventude deste século tem grande desejo de participação. A análise contou com uma Pesquisa de Opinião, em que oito mil jovens responderam a um questionário com 46 perguntas sobre educação, situação familiar, trabalho, mídia e acesso à cultura, além de percepções e práticas no campo da participação e cultura política.

Ainda, os dados do alistamento eleitoral para 2006 (última eleição presidencial), divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral em seu site, mostram um aumento de 39%, em relação a 2002, no número de eleitores de 16 e 17 anos, faixa etária em que o voto é facultativo – um direito conquistado pela juventude na Constituição de 1988. A surpresa de muitos, diante destes dados que confrontam o senso comum disseminado por grandes meios de comunicação, deve, pelo menos, nos fazer refletir um pouco mais antes de propagarmos o mito da apatia juvenil.

As décadas de 60 e 70 são, principalmente, a referência fundamental de “*como a juventude deve atuar*” ou um exemplo de “*juventude engajada*”. Uma visão idealizada – principalmente da geração de 1968 – é a lente do olhar atual sobre os jovens.

Passarinho – Pref. Mun. Olinda/PE





Em relação ao processo eleitoral brasileiro, é possível, ainda, evidenciar um aumento de representantes com até 29 anos de idade, no período de 1982 a 2006, na Câmara dos Deputados. Contudo, atualmente os jovens correspondem a apenas 3% das cadeiras da Câmara. Apesar de contarmos atualmente com uma representativa população jovem no Brasil, a representação da juventude na Câmara Federal ainda é muito baixa, evidenciando um alto nível de exclusão política da juventude nessas esferas de poder.

Sendo assim, o objetivo desse texto é dialogar com a constante perspectiva da *apatia da juventude* por meio de pesquisas que mostram a opinião dos jovens sobre participação e sua ampliação nas esferas de poder da sociedade. Contudo, identificamos também a necessidade urgente de ampliarmos a participação dos jovens nos cargos legislativos da Câmara Federal, devido ao baixo número de jovens nesse espaço.

## Juventude, direitos e marcos legais

No período recente, reflexões sobre a juventude têm sido recorrentes. O tema ganhou relevo nesta última década no campo de estudos da ciência política, sociologia e, recentemente, na antropologia, na psicologia, na educação e na saúde pública. Aliada a este fato, temos uma proeminência numérica da parcela jovem, no Brasil. Atualmente, estima-se que 50,2 milhões de pessoas, ou seja, o correspondente a cerca de um quarto da população brasileira (26,9%) tem entre 15 e 29 anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

Contudo, ainda existe uma defasagem do olhar do Estado sobre essa parcela da população. A própria Constituição Federal de 1988, chamada Constituição Cidadã, não trata dos direitos da juventude. Deixa, assim, de reconhecer os jovens como categoria social, ou seja, como sujeitos de direitos e destinatários de políticas públicas específicas.

A efervescência em torno do tema alimenta o debate atual, protagonizado principalmente pelo Conselho Nacional de Juventude – Conjuve, sobre a necessidade de aprovação de um ordenamento jurídico que considere as singularidades deste numeroso segmento populacional, o marco legal da juventude. Esse marco consiste na aprovação de instrumentos fundamentais para a garantia dos direitos da juventude como o Plano Nacional de Juventude, o Estatuto da Juventude e a Proposta de Emenda Constitucional, conhecida como a PEC da Juventude.

O Projeto de Lei (PL 4530/2004) foi elaborado pela Comissão Especial da Juventude, que realizou audiências públicas e um Seminário Nacional para levantar a opinião dos jovens e das organizações que com eles militam. O Plano Nacional de Juventude reúne

um conjunto de metas que devem ser alcançadas em dez anos pelos governos municipais, estaduais e federal, nas áreas de educação, saúde, trabalho, cultura, entre outras.

O Estatuto da Juventude (PL 4529/2004), que tem como relatora a jovem deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), é um elemento de destaque na consolidação das políticas de juventude no Brasil. O texto relatado divide-se em dois grandes temas: a regulamentação dos direitos dos jovens entre 15 e 29 anos (sem prejuízo da lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que abarca a faixa etária de zero a 18 anos incompletos) e a criação do Sistema Nacional de Juventude, definindo competências e obrigações da União, Estados e Municípios na garantia destes direitos.

Já a PEC da Juventude (42/2008) inclui o termo *jovem* na Constituição Brasileira, regulamentando a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude. Esta inclusão ocorreria exatamente no Capítulo VII, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais. Segundo o documento, assinado pelas juventudes partidárias, a aprovação da PEC “significa incluir definitivamente a juventude como uma questão do Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que seria o reconhecimento à luta desta geração por mais direitos” (A POLÍTICA..., 2009).

## Participação política, protagonismo e empoderamento

A ideia da participação e distribuição de poder nas ações e políticas que envolvem a juventude tem representado um grande desafio trazido à cena pública. Mannheim (1973) destaca que as formas próprias e variadas que os jovens encontram para se expressar e participar de algo são extremamente relevantes, permitindo, assim, caracterizar cada geração.



Para Melucci (2001), não basta mais analisar a condição social de um grupo específico para entender – a partir dessa condição – as causas de ação desse grupo. É necessário identificar o campo de conflitos, através de uma perspectiva sistêmica, para, aí sim, explicar como certos grupos sociais interferem nele. Para o autor, somente a partir desse ponto é possível investigar que elementos da condição juvenil, em certa conjuntura, podem ativar uma ação coletiva, transformando determinados grupos sociais em atores de conflitos.

Ao lado dos conceitos *juventude* e *participação*, desponta também a noção de *protagonismo juvenil*, bastante difundida no Brasil nas últimas décadas. A ideia questiona a perspectiva de tutela e estimula a criação de espaços, linguagens, mecanismos de ação e participação da própria juventude. Implica também a percepção de que esses indivíduos devem ser ouvidos, considerando a sua participação efetiva na realidade social, como agentes importantes e dotados de direitos.

O objetivo principal da difusão da noção de *protagonismo juvenil* é promover a formação integral do jovem e seu potencial para a transformação social (FERRETTI et al., 2004). O protagonismo juvenil é também colocado como via de condução pedagógica à ação cidadã (COSTA, 1999) ou à socialização para a cidadania (FERRETTI et al., 2004). Alguns autores, ainda, o identificam como um novo modelo político-pedagógico (IULIANELLI, 2003).

Muitas instituições, da mesma foram, utilizaram o conceito para justificar seus interesses fins. A Organização das Nações Unidas utiliza a perspectiva de “empoderamento” e “protagonismo” como “mecanismo de combate à pobreza” e de “integração social”. O empoderamento, nessas circunstâncias, é fruto do investimento em educação, com ênfase na formação

de lideranças juvenis. Tal orientação vem também influenciando a ação das Agências de Cooperação Internacional e as políticas públicas dos países.

No Brasil, o conceito foi bastante difundido no final da década de 90, tendo como objetivo estimular um papel pró-ativo dos jovens em um contexto de desresponsabilização do Estado com a coisa pública, fruto do influente ideário neoliberal na época.

Segundo Iulianelli (2003), o protagonismo juvenil deve ser qualificado a partir dos próprios sujeitos e não a partir de interesses do mercado ou interesses outros. Ferretti et al. (2004) questionam a amplitude que tem sido dada ao termo *protagonismo juvenil*, já que tal amplitude pode gerar simplificações e idealizações dos jovens e de suas ações.

O Instituto Brasileiro de Análises

Sociais e Econômicas - IBASE, juntamente com o Instituto Pólis<sup>1</sup>, verificou a forte relação entre juventude e participação. A pesquisa evidenciou que 28,1% dos 8 mil jovens entrevistados faziam parte de algum grupo social. Os grupos em que mais se reuniam eram religiosos (42,5%), esportivos (32,5%) e aqueles com atividades artísticas, como música, dança e teatro. Percebeu-se, ainda, que quanto maior a escolaridade, maior a participação dos jovens em grupos (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO PÓLIS, 2005b).

Contrariando a ideia de que a juventude não se interessa por política, a pesquisa revelou que 65,6% dos jovens entrevistados procuram se informar sobre a política e 85,8% se informar sobre o que acontece no mundo.

Castro e Abramovay (2009), em

Para Melucci (2001), não basta mais analisar a condição social de um grupo específico para entender – a partir dessa condição – as causas de ação desse grupo. É necessário identificar o campo de conflitos, através de uma perspectiva sistêmica, para, aí sim, explicar como certos grupos sociais interferem nele. Para o autor, somente a partir desse ponto é possível investigar que elementos da condição juvenil, em certa conjuntura, podem ativar uma ação coletiva, transformando determinados grupos sociais em atores de conflitos.



Atividade cultural da Semana Municipal de Juventude em Porto Alegre/RS

Cristiane Rochol – PM/PA



pesquisa recente com jovens participantes da etapa nacional da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude<sup>3</sup>, mostram que a juventude busca diferentes formas de participação. Ao invés de abandonar as formas clássicas de participação juvenil – como movimento estudantil, juventudes partidárias ou sindicais –, muitos jovens combinam frentes de lutas específicas com debates sobre questões estruturais. E ainda, as questões específicas – como as relativas à política de segurança, desigualdade de gênero e etnia – são incorporadas pelo movimento estudantil, juventudes partidárias ou movimentos sindicais.

A pesquisa, que trata da juventude ativista brasileira, ainda percebeu que os jovens de hoje utilizam as novas tecnologias de informação e comunicação para potencializarem sua participação social. Essas novas tecnologias se fazem presentes atualmente nos movimentos tradicionais e também criam novos espaços de participação. As chamadas *redes virtuais de jovens* dinamizam a participação da juventude e potencializam a sua ação. Os jovens estão, mais do que qualquer outra geração, atentos a todo esse processo de transformação tecnológica e a incorporam em suas práticas societárias.

A perspectiva da participação po-

Ao invés de abandonar as formas clássicas de participação juvenil – como movimento estudantil, juventudes partidárias ou sindicais –, muitos jovens combinam frentes de lutas específicas com debates sobre questões estruturais. E ainda, as questões específicas – como as relativas à política de segurança, desigualdade de gênero e etnia – são incorporadas pelo movimento estudantil, juventudes partidárias ou movimentos sindicais.

lítica (ou protagonismo juvenil) deve vir calcada à ideia de “empoderamento”, permitindo que os jovens tomem as rédeas de seu presente. Contudo, tal fato só se dará de maneira plena a partir do reconhecimento e valorização da juventude e suas organizações e se os jovens brasileiros forem realmente considerados como sujeitos de direitos, dentre os quais o direito à participação.

### Hoje: Bandeiras Multicoloridas e Politização

A ampla pesquisa elaborada por Castro e Abramovay (2009) já citada nos traz elementos importantes sobre a participação juvenil. Tratando das principais lideranças juvenis do Brasil, a pesquisa consistiu numa análise tanto quantitativa quanto qualitativa: a quantitativa se referiu aos números gerais da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; a qualitativa compreendeu análises com

grupos focais e dos grupos de debates com participantes da etapa nacional da Conferência.

A Conferência, organizada durante oito meses, promoveu inovações organizativas no processo de sua construção em que se destacaram: as Etapas Municipais Eletivas; as Consultas aos Povos e Comunidades Tradicionais; e as Conferências Livres. No total, a Conferência envolveu mais de 400 mil pessoas, divididas em 841 Conferências Municipais e Regionais, 689 Conferências Livres, Conferências Estaduais nos 26 Estados e no Distrito Federal e Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais. Tal feito permitiu a amplitude do público participante da etapa final da Conferência e, principalmente, de todo o seu processo de debates, ao longo do território nacional.

A Conferência teve como objetivos propiciar formas e sensibilizar a sociedade para o tema *juventude*, possibilitar a formulação de boas propostas de políticas públicas e disseminar informações sobre os três eixos da Conferência: Juventude: Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional; Parâmetros e Diretrizes da Política Nacional de Juventude; Desafios e Prioridades para as Políticas Públicas de Juventude.

Na pesquisa, não se buscou apenas o consenso, mas também as divergências e controvérsias. Eram também explorados pontos de dissenso, o que permitiu uma compreensão tanto da identidade de cada grupo quanto à re-

Rafael Gomes - CUCA



A juventude indígena na I Conferência Nacional de Juventude



Grupo de discussão na I Conferência Nacional de Juventude

lação desse grupo com o *outro*. A pesquisa apresenta, assim, uma juventude plural, com diferentes bandeiras, sejam elas comuns ou não, e com uma intensa qualidade ativista.

A pesquisa ainda indicou grande disposição dos participantes da Conferência de Juventude não apenas em preencher o questionário da pesquisa quantitativa como também em discutir e problematizar os temas. Foram ouvidos jovens oriundos de movimentos estudantis, partidários, governamentais, sindicais, sociais, culturais, religiosos, jovens do meio rural, comunidades tradicionais e beneficiados por programas sociais do governo. Os pesquisadores buscaram o entendimento da opinião dos próprios sujeitos pesquisados.

Os jovens entrevistados recusaram também codificações sobre juventudes, reconhecendo a contribuição de gerações anteriores (em especial a de 1964/68), mas enfatizando que os tempos são outros e essa geração é diferente.

A Conferência se destaca por ter agregado uma juventude engajada<sup>4</sup>; contudo, as informações reveladas são de extrema valia para compreendermos as novas formas de ação juvenil. Ao contrário do que indicam diferentes análises sobre a diminuição do ativismo juvenil frente aos partidos políticos, a pesquisa complexifica mais a questão: menos de 30% dos participantes concordam com a ideia de que “no campo de juventude é melhor participar de ONG ou movimento

*social que de partido político”.*

E, ainda, em relação às fronteiras de escolha sobre onde ou em que participar, é intenso o trânsito entre lugares de militância e reunião de bandeiras. As combinações de frentes de luta, militâncias e movimento formam um amplo mosaico de reivindicações e a combinação de diferentes formas de participação. Para as autoras, tal tendência amplia o conceito de participação para muitos, mas não sintetiza todos os lugares de luta política como idênticos.

### Juventude, Poder e Exclusão

Até o ano 2000, os jovens respondiam a 28,2%, caracterizando o Brasil como um país de jovens<sup>5</sup> (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2010). Nesse cenário, ganharam proeminência – não antes vista no Brasil – as políticas voltadas para a juventude e pensadas com os jovens. Ampliou-se também a participação da juventude nas estruturas de poder do Estado, mediante concurso público, e, no mercado de trabalho, na função de empreendedores.

Zouain, Oliveira e Barone (2007)

**As combinações de frentes de luta, militâncias e movimento formam um amplo mosaico de reivindicações e a combinação de diferentes formas de participação.**

A Conferência teve como objetivos propiciar formas e sensibilizar a sociedade para o tema juventude, possibilitar a formulação de boas propostas de políticas públicas e disseminar informações sobre os três eixos da Conferência: Juventude: Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional; Parâmetros e Diretrizes da Política Nacional de Juventude; Desafios e Prioridades para as Políticas Públicas de Juventude.

mostram que, atualmente, 56,2% dos empreendedores iniciais, ou seja, os que estão à frente de negócios com até 42 meses, são jovens<sup>6</sup>. Os autores consideram que nos últimos anos é crescente o número de jovens entrando no mercado de trabalho. Contudo, esses não têm sido absorvidos de forma qualificada pelas grandes empresas. Assim, através de uma tendência inovadora e de forte interação tecnológica, os jovens são protagonistas de novos empreendimentos.

A Pesquisa Perfil do Jovem Empreendedor também indica que 65,63% desses jovens empreendedores têm o setor de serviços como predominante (ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, 2007).

Morel e Pessanha (2007) mostram também uma forte tendência à juvenilização dos magistrados do trabalho brasileiros. Os juízes do trabalho são cada vez mais jovens, acompanhando uma tendência visualizada em diversas outras áreas do judiciário.

Uma reportagem publicada em outubro de 2009 pela Revista *Isto é* também identifica uma “onda jovem”



no primeiro escalão do governo. Os jovens têm ainda trazido inovação para as políticas públicas e soluções que exigem criatividade e modernidade.

A juventude também busca participar de atividades associativas, mas muitas vezes não encontram espaço para isso. A pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas”, do Instituto Pólis e do Ibase, já identificou que a participação em grupos é uma experiência vivida por significativa parcela da juventude. (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONOMICAS; INSTITUTO PÓLIS; 2005).

Os jovens de maior poder aquisitivo (das classes A/B) participam mais de grupos, totalizando 33,5% dos entrevistados. São seguidos pelos jovens da classe C, com 28,2% e da classe D/E com 24,0% (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONOMICAS; INSTITUTO PÓLIS; 2005).

A pesquisa do Ibase/Pólis, feita entre julho de 2004 e novembro de 2005, aponta ainda a falta de espaço para o jovem poder influenciar as decisões políticas no Brasil. Para coordenadores da pesquisa, os jovens sabem que sua atuação é importante, mas não têm os canais apropriados para participar.

Os jovens, apesar de acreditarem que a solução para seus problemas passa pela política, estão, de certa forma, excluídos dos cargos eletivos, o que mostra uma contrariedade com o alcance dos jovens às esferas de poder (tais como no Judiciário e nos cargos técnicos do Estado) e com seu potencial eleitoral, compreendendo no mínimo 30% do eleitorado.

A pesquisa “Juventude e Participação Institucional – Eletiva”, da Secretaria Nacional de Juventude, mostra que a participação de jovens, entre 21<sup>7</sup> e 29 anos, na Câmara Federal, é ainda extremamente baixa. Nas eleições brasileiras para o parlamento

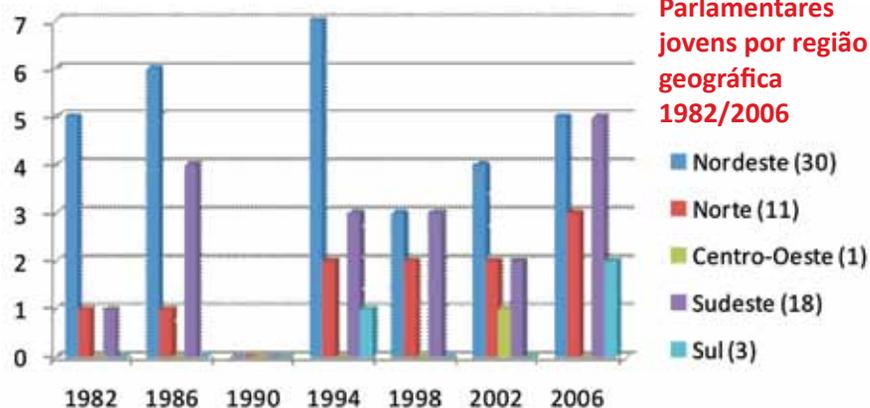


federal, compreendidas no período entre 1982 e 2006, verificamos que, em seis das sete realizadas, houve eleição de parlamentares com até 29 anos de idade, na data da posse. No total do período, totalizaram-se sessenta e três deputados e deputadas nessa faixa etária. A média etária geral da idade desses jovens é 26 anos, sendo que entre as mulheres 24,3 anos e entre os homens, 26,5 anos (SOARES, 2009).

Os jovens, apesar de acreditarem que a solução para seus problemas passa pela política, estão, de certa forma, excluídos dos cargos eletivos, o que mostra uma contrariedade com o alcance dos jovens às esferas de poder (tais como no Judiciário e nos cargos técnicos do Estado) e com seu potencial eleitoral, compreendendo no mínimo 30% do eleitorado.

goas, Rondônia, Amapá, Tocantins, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Paraíba, dois; e Piauí, Espírito Santo, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul apenas um.

Em relação aos partidos políticos, vinte e sete compuseram a Câmara ao longo do período analisado. Desses, treze nunca contaram com a participação de parlamentares de até 29 anos de idade em suas bancadas<sup>9</sup>.



A região Nordeste é a que mais elegeu jovens, totalizando trinta parlamentares. A região que menos elegeu jovens foi a Centro-Oeste, com apenas um. A região Sudeste somou dezoito, a Norte onze, e a região Sul três. Nas unidades da federação, sete<sup>8</sup> jamais elegeram representantes jovens. O Rio de Janeiro é o Estado que mais elegeu jovens parlamentares à Câmara dos Deputados, totalizando onze parlamentares.

Bahia, Minas Gerais e Maranhão elegeram seis; o Acre elegeu cinco; Sergipe e Pernambuco quatro; Ala-

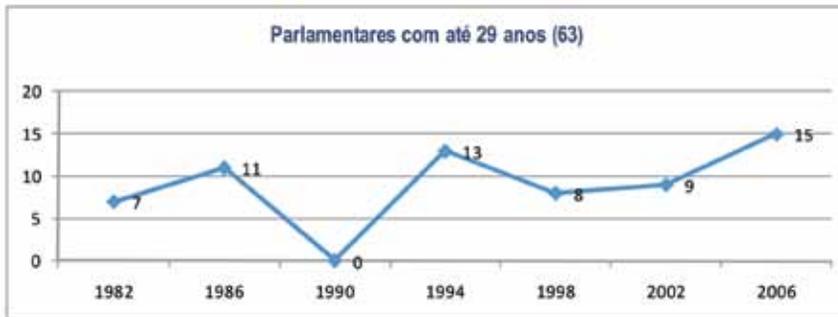
O PMDB foi o partido com mais representantes, elegendando quatorze. O DEM elegeu dez; o PDT e o PDS, seis; o PCdoB, PT, PSDB, PSB e PPS, quatro; o PMN, dois; o PRB, dois; o PTB, o PSC e PHS, um.

Apesar de verificarmos um aumento na quantidade de parlamentares jovens, eles ainda são muito poucos, quando comparados com o universo total da Câmara Federal.

A Tabela na página ao lado mostra que, no ano de 2006, dos 513 parlamentares apenas quinze eram jovens.



## Representação da quantidade de parlamentares jovens na Câmara



Fonte: SOARES, 2009.

## Quantidade de parlamentares jovens

	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006
Com até 29 anos (63)	7	11	0	13	8	9	15
+ de 29 anos (3469)	463	476	513	500	505	504	498

Fonte: SOARES, 2009.

Tal identificação mostra a necessidade de criarmos canais que permitam a eleição de jovens parlamentares, entendendo-os como sujeitos de direitos e protagonistas de suas bandeiras.

### Nossa Bandeira

O ano de 2010 foi considerado pela Organização das Nações Unidas como o *ano da juventude*, com o objetivo de encorajar o diálogo e compreensão entre gerações e promover os ideais de paz, respeito pelos direitos humanos, liberdade e solidariedade.

No Brasil, a juventude entra progressivamente como pauta no Governo Federal, seja pela atuação da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude, seja pela implementação de programas e ações voltadas para juventude nos diversos ministérios.

Os jovens cada vez mais participam das esferas de poder nacional – por meio de concurso público – e influenciam a vida política e social brasileira.

Também acreditam na necessidade de se associarem para defender seus interesses. Têm encontrado canais de participação institucionais

A juventude prova diariamente seu potencial e ocupa diversas esferas de poder no Brasil. Nos cargos eletivos, porém, continua “excluída”, lutando por espaço e para influenciar as esferas de decisão política do país através de um mandato popular.

junto ao Estado (Conselhos e Conferências), buscam participar de movimentos sociais, religiosos, associações e grupos juvenis.

Contudo, apesar da efetiva participação nas esferas de poder e da relevância da juventude no contexto nacional, são poucos os jovens que conseguem ser eleitos como representantes da sociedade no parlamento ou no poder executivo.

A juventude prova diariamente seu potencial e ocupa diversas esferas de poder no Brasil. Nos cargos eletivos, porém, continua “excluída”, lutando por espaço e para influenciar as esferas de decisão política do país através de um mandato popular.

A juventude, que já é há tempos um dos setores de maior protagonismo nas transformações sociais do país, deve também protagonizar essa mudança, ocupando cadeiras no Poder Legislativo.

Em 2008, havia no Brasil 130,3 milhões de eleitores; por sua vez, a população jovem entre 18 e 29 anos era equivalente a 39,4 milhões. Por outro lado, foram eleitos para Câmara dos Deputados (legislatura 2006-2010) apenas 3% de jovens parlamentares. Ainda que desconsiderando os eleitores entre 16 e 18 anos, idade em que o voto não é obrigatório, chegou-se a uma absurda exclusão política de juventude, com 3% de jovens parlamentares para 30% de jovens eleitores.

Assim, no contexto atual, alterar esse quadro se impõe como um dos principais desafios da política brasileira. A juventude, que já é há tempos um dos setores de maior protagonismo nas transformações sociais do país, deve também protagonizar essa mudança, ocupando cadeiras no Poder Legislativo. Talvez seja este o impulso que falta para a concretização de uma necessária reforma do sistema político brasileiro. Reafirmar, reencantar, reinventar a política, esta é a nossa bandeira. 🗳️

\***DANILO MOREIRA:** Presidente do Conselho Nacional de Juventude - Conjuve e Secretário-Adjunto da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República; **LUISA BARBOSA:** Doutoranda em Sociologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e integrante da Diretora da Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A POLÍTICA de juventude no projeto nacional: uma contribuição das juventudes partidárias! In: Seminário Juventude e o Projeto Nacional, 2009, Brasília. Disponível em: <<http://juventudespartidarias.blogspot.com/2009/10/politica-de-juventude-no-projeto.html>>. Acesso em: 02 nov. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitucao/constitucao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao.htm)>. Acesso em: 20 out. 2009.

CAMARANO Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão; KANSO, Solange. Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2010.

CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas: perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Ritla, 2009.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE. Projeto de lei 4529/2004. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/253910.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2009.

COSTA, A. C. G. O adolescente como protagonista. **Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento**, v. 1, p. 75-9, 1999.

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Pesquisa Perfil do Jovem Empreendedor**. Rio de Janeiro, 2007.

FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; TARTUCE, G. L. B. P. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 411-23, maio/ago. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO PÓLIS. **Que Brasil queremos? Como chegar lá? Roteiro para o**

diálogo da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia. Rio de Janeiro: Ibase, 2005a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO PÓLIS. **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas: relatório final**. Rio de Janeiro, 2005b.

IULIANELLI, J. A. S. Juventude: construindo processos - o protagonismo juvenil. In: FRAGA, C. P. F.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LANES, Patricia. Mitos e Verdades em torno da participação juvenil. **Democracia e Viva**, n. 30, jan./mar. 2006.

MANNHEIM, K. Funções das gerações novas. In: FORACCHI, M.; PEREIRA, L. **Educação e Sociedade**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.

MARANHÃO, Benjamim. Projeto de lei 4530/2004. Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/MontarIntegra.asp?CodTeor=253927>>. Acesso em: 03 out. 2009.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREL, Regina Lucia M.; PESSANHA, Elina G. da Fonte. Justiça do Trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 2, nov. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702007000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 out. 2009.

SANDES JÚNIOR, João et al. Projeto de emenda constitucional n. 42/2008. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227. (Dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude). Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=88335](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=88335)>. Acesso em: 22 dez. 2009.

SOARES, Luciana. **Juventude e Participação Institucional – Eletiva**. Secretaria Nacional de Juventude, 2009.

ZOUAINI Deborah Moraes; OLIVEIRA, Fatima Bayma; BARONE, Francisco Marcelo. Construindo o perfil do jovem empreendedor brasileiro: relevância para a formulação e implementação

de políticas de estímulo ao empreendedorismo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000400009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000400009&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 out. 2009.

## REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde e Sociedade**, v.18, n. 3, 2009.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE, 1., Brasília, 2008. **Documento Base da Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2008.

MACKINNON, Mary Pat et al. **Citizen's dialogue on Canada's future: a 21st century social contract**. Ottawa: Canadian Policy Research Networks, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**: adotada em Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Disponível em: <[http://www.onu-brasil.org.br/doc\\_crianca.php](http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php)>. Acesso em: 20 out. 2009.

PAIS, José Machado. A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, jul./set. 2009.

PROJETO JUVENTUDE. **Documento de conclusão**: versão final. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.

SADEK, Maria Tereza. **O Judiciário e o acesso à Justiça**. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2001.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, 2003.

VIANNA, Luiz Werneck. O terceiro poder na carta de 1988 e a tradição republicana: mudança e conservação. In: OLIVEN, Ruben; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Marçal. (Orgs.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; ANPOCS, 2008.

## NOTAS

**1** Em pesquisa que tinha como objetivo conhecer as possibilidades e os limites de participação dos jovens em atividades políticas, sociais e comunitárias e procurar, por meio dos resultados, influenciar políticas públicas para esse setor da população.

**3** A Conferência reuniu 400 mil jovens de todo o país e foram eleitos dois mil delegados à etapa nacional.

**4** Cerca de 50% dos presentes fazem parte de algum partido político, 31% fazem parte do movimento social, 30,4% do movimento estudantil, 26% de ONGs; 24,5% de instituições religiosas, 15,5% de redes, 9,9% de algum sindicato e 8% declararam não participar de nenhuma organização (ABRAMOVAY; CASTRO, 2009).

**5** Entretanto, pesquisas atuais já mostram um processo de desaceleração do crescimento dessa população (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2010).

**6** A pesquisa, contudo, considera jovens aqueles indivíduos entre 18 e 34 anos.

**7** A Constituição Federal de 1988 estabelece, como condição de elegibilidade, a idade mínima de vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz; (Art. 14 §3º inciso VI alínea c).

**8** AM, RR, PA, MT, MS, DF e SC.

**9** PDC, PCB, PPB, PV, PSL, PST, PRONA, PP, PSOL, PTC, PAN, PTdoB e PRB



# CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE: DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

Márvia Scárdua



Comemoraram-se, em 2008, os 20 anos da promulgação da Constituição Cidadã, conquista da trajetória de lutas da sociedade brasileira, por um conjunto de direitos sociais e políticos, tal como, o voto aos 16 anos. A Carta Magna de 1988 é resultante da retomada da construção democrática interrompida pelo golpe militar de 1964. Representou uma conquista da geração política que resistiu ao período mais cruel da ditadura militar. Esta geração retomou a luta sindical e estudantil, ao final dos anos 1970; desbravou, os anos 80, em busca da redemocratização, ao lado de milhões, através do Movimento Diretas Já, e construiu o Impeachment do Presidente Fernando Collor.

Em 2002, com a eleição do primeiro governo de esquerda do país, somada à preocupação generalizada da juventude pela implementação de políticas específicas feitas pela e para a juventude, surge a necessidade de criação de canais de diálogo com os movimentos juvenis, que, até então,

O Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE - é uma experiência de democracia participativa: a sua realização é a reafirmação da ideia de que, nos intervalos de expressão da vontade nas urnas, devemos estabelecer canais institucionais de interlocução com a sociedade, a respeito dos rumos das políticas públicas.

praticamente inexistiam na agenda nacional. Desta forma, foi realizada uma série de atividades e ações que resultaram, em 2005, na criação da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude.

Esse processo, principalmente se focarmos na criação do Conselho de Juventude, fortalece a consciência e ideia de que democracia equivale à soberania popular, lado a lado com o

conceito de democracia participativa. Constatou-se a necessidade de outros mecanismos que aprofundassem as possibilidades de participação popular nas decisões governamentais, contribuindo para que as políticas públicas estivessem mais próximas das demandas e a serviço da melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

A criação desses dois canais institucionalizados da juventude foi fruto de um processo participativo com um sentido muito amplo de democracia. A implantação de desses mecanismos permitem a realização do processo de controle público, de acautelamento vertical (controle da sociedade), bem como o processo de acautelamento horizontal, pois permite o controle por parte de outras estruturas administrativas do governo, quando acionadas, inclusive o próprio Conselho.

O Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE - é uma experiência de democracia participativa: a sua realização é a reafirmação da ideia de que, nos intervalos de expressão da von-



Conselheiras do CONJUVE em agenda com o presidente Lula

tade nas urnas, devemos estabelecer canais institucionais de interlocução com a sociedade, a respeito dos rumos das políticas públicas. Manter e ampliar possibilidades de participação democrática é uma marca desta geração.

Além de catalisar as legítimas demandas juvenis junto ao Poder Público e ser um espaço de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, o CONJUVE é também um espaço voltado para promoção do direito à participação, imprescindível para que outros direitos como a educação, trabalho, cultura, esporte e lazer (transversais) sejam assegurados.

Ao considerar o jovem como sujeito de direitos, o Conselho torna-se uma importante ferramenta para a conquista e reconhecimento dos direitos fundamentais e sociais voltados à juventude, aliando-os a uma perspectiva ampla de vida social, contribui para a promoção de sua autonomia.

Funcionando há cinco anos, com todas as dificuldades encontradas em sua recente história, o Conselho pode ser considerado, hoje, como um espaço híbrido de exercício social, político e elaborativo, contando com a parti-

**Em 2002, com a eleição do primeiro governo de esquerda do país, somada à preocupação generalizada da juventude pela implementação de políticas específicas feitas pela e para a juventude, surge a necessidade de criação de canais de diálogo com os movimentos juvenis, que, até então, praticamente inexistiam na agenda nacional.**

cipação de conselheiros da Sociedade Civil, do Poder Público e de diferentes gerações, etnias, religiões, regiões, orientações sexuais e gêneros – sobretudo pela participação efetiva dos conselheiros do Governo.

Vale ressaltar que as experiências vividas pelo Conselho Nacional de Juventude podem ser exemplos a serem seguidos nos Conselhos Estaduais e Municipais, principalmente, se tivermos em mente que a participação institucionalizada nas políticas de juventude ainda é um mecanismo muito recente em nosso País.

## *Conselho Nacional de Juventude: Problemas e Avanços*

Os Conselhos de Juventude são, ainda, experiências muito recentes. Embora alguns tenham sido implantados, em meados dos anos 1980 - como o de São Paulo e do Paraná -, somente após a criação do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude que esse processo foi alavancado.

O Conselho Nacional de Juventude, CONJUVE, foi criado pela Lei 11.129 de 30 de junho de 2005 e, regulamentado pelo Decreto Presidencial 5.490 de 14 de julho de 2007, com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude.

Ao analisar os arquivos da Secretaria Nacional de Juventude e as atas das reuniões do segundo mandato do CONJUVE, tentamos identificar os avanços e as transformações ocorridas entre o 1º e o 2º mandato do Conselho, bem como as limitações e dificuldades encontradas. A publicação do *Conselho Nacional de Juventude – Natureza, Composição e Funcionamento. Agosto de 2005 à Março de 2007* descreve a avaliação dos Conselheiros a respeito do primeiro mandato, bem como o resultado de pesquisa aplicada aos Conselheiros do segundo mandato. Feita através de aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, a pesquisa revela a seguinte amostragem, na classificação dos participantes: 01 de Movimento de Juventude Nacional; 12 de Movimentos de Juventude de Caráter Local; 08 de Entidades de Apoio e 08 do Poder Público. Algumas conclusões interessantes foram consideradas ao longo do processo.

A primeira conclusão refere-se à composição do Conselho. Pode-se afirmar que o caráter híbrido, intergera-



cional, plural e diversificado foi mantido na segunda gestão com a participação de atores de diversos movimentos - nacionais, locais, ONG's, fóruns e redes, partidos políticos -, de diversas idades (não somente de 15 a 29 anos) e dos mais diferentes segmentos, inclusive de minorias - cultural, estudantil, ambientalistas, sindical, portadores de deficiência, etc. Nota-se, também, o avanço relacionado à inclusão da cadeira das juventudes partidárias. Se antes havia embates entre as organizações da sociedade civil e os partidos políticos, evidenciando os conflitos entre representatividade advinda das urnas e aquela que se articula nos espaços de participação da sociedade civil, hoje, os partidos políticos passaram a ser vistos como parte necessária no processo de busca do fortalecimento e da legitimidade do Conselho. Essa mudança de perspectiva pode ser vista como fruto do processo de amadurecimento político e do exercício democrático na busca de consensos.

A composição manteve-se na proporção de 40 integrantes da sociedade civil e 20 do poder público. Vale destacar que, diferentemente da indicação inicial feita pelo Presidente da República, o CONJUVE passou a realizar a composição de seus integrantes através de processo de eleição em assembleia, forma sugerida pela gestão anterior e avaliada com positividade pelos participantes da pesquisa.

Nesse sentido, a questão da representatividade também assume outras facetas interessantes. Apesar de a grande maioria dos Conselheiros considerar as entidades de atuação nacional com maior poder de pressão perante a sociedade e o poder público, é perceptível que a pluralidade de representações interfere no poder de negociação com o Estado. Se, por um lado, a capacidade de pressão da UNE se evidenciou com suas ativida-

Se antes havia embates entre as organizações da sociedade civil e os partidos políticos, evidenciando os conflitos entre representatividade advinda das urnas e aquela que se articula nos espaços de participação da sociedade civil, hoje, os partidos políticos passaram a ser vistos como parte necessária no processo de busca do fortalecimento e da legitimidade do Conselho.



Arquivo

Público presente no II Encontro Nacional de Conselhos de Juventude, março 2010

des nacionais, passeatas, audiências com o Presidente da República, manifestações e articulações na Câmara e no Senado em torno da pauta da juventude, o papel das entidades de atuação local demonstrou-se necessário no debate de conhecimento no interior do Conselho. A detenção desse conhecimento é que faz com que essas entidades sejam vistas como representantes da sociedade civil, pois, como coloca Evelina Dagnino, elas "dariam voz" aos interesses difusos. Portanto, essas entidades e os pesquisadores exercem poder de pressão no debate teórico e formulador dentro do Conselho. Assim como as redes e fóruns também exercem seu papel de debate e pressão pela internet.

Conclui-se que, inevitavelmente, as entidades de atuação nacional, por sua história, caráter político, condições financeiras e nível de organiza-

ção, têm maior facilidade em exercer pressão - inclusive, por terem menos dificuldades em chamar a atenção da imprensa -, mas o que não torna o papel das outras organizações desnecessário, menos importante ou indiferente. Muito pelo contrário, cada uma exerce poder de pressão de forma diferenciada. A somatória de todas essas formas é que faz com que esse poder seja realmente legitimado e reconhecido pela sociedade e pelo poder público.

É necessário ter em mente que esse poder de influência é parte de um processo também de acúmulo de forças. Se, em seu primeiro ano de existência, o CONJUVE fixou-se em pautas internas, na busca de consensos e de formulações sobre políticas públicas de juventude, o que fez com que ele fosse considerado com baixo poder de influência. Em sua segunda



gestão, pautou-se em tentativas de interferir mais diretamente no Executivo e Legislativo, tentando exercer o controle social das políticas e programas, fato avaliado como significativo pela maioria dos participantes da pesquisa. Percebe-se que sem o trabalho de formulação e busca de consensos realizados anteriormente seria impossível a tentativa de pautar as políticas e programas de juventude.

É evidente que muitos passos ainda precisam ser dados para que o CONJUVE seja efetivo e eficaz, entretanto, é notória a influência que vem exercendo na concepção de programas, ações e projetos voltados para a juventude. Apesar de seu caráter ser consultivo e não deliberativo, não significa uma forma de fragilidade ou de ineficácia, já que diversas ações de governo foram influenciadas por resoluções do Conselho.

Em primeiro lugar, é fundamental ressaltar que seu poder concentra-se por ter em sua composição diversas e diferentes organizações juvenis, que vão de ONG's a entidades do movimento social tradicionais, como já citadas, por exemplo a UNE, com forte poder de realizar sanções simbólicas, como

também de acionamento de novas instituições de controle público, como o Ministério Público e até mesmo o Judiciário. Em segundo lugar, por ter também em sua composição, especialistas e entidades conceituadas de pesquisa como IBASE e Ação Educativa, conhecedoras deste tema, tão recente e com tantas interfaces e transversalidades na sociedade brasileira.

Em seus anos de atuação, algumas outras ações importantes de accountability social são válidas de serem destacadas: a “Carta de Março” que argumentou a importância da acessibilidade como garantia de inclusão de um grande número de jovens à sociedade, excluídos do convívio social, sobretudo, pelo não cumprimento de leis que garantem a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida. Esta carta constou na documentação oficial da I Conferência Nacional pelos Direitos da Pessoa com Deficiência. Já “Carta de Julho”, contra a homofobia, é outro exemplo, sendo lançada na parada Gay de 2006. Ela deve ser ressaltada merecidamente, pois foi fruto de um dos processos mais ricos de negociação, de construção coletiva e democrática, no interior do Conselho.

Ainda no sentido de contribuir na elaboração e aprovação de leis de interesse de juventude, o CONJUVE realizou algumas iniciativas, como o debate transmitido nacionalmente pela TV Radiobrás com deputados, sobre a tramitação na Câmara Federal do Plano Nacional de Juventude; participação de Conselheiros na Sessão da frente Parlamentar de Políticas Públicas de Juventude, também da Câmara Federal; visita ao Presidente da Câmara para solicitar atenção especial às leis de interesse da juventude que tramitavam; aprovação de moção de apoio à reserva de vagas. Algumas sanções simbólicas também foram realizadas, como a emissão de uma “Nota à imprensa”, criticando a peça publicitária intitulada “Ovos e Tomates acertem a pontaria” da MTV, argumentando que a campanha condenava o processo eleitoral de 2006, desestimulando e descaracterizando os jovens pela participação na disputa democrática.

O Conselho também orientou seus trabalhos para a elaboração de livros e artigos que referenciassem a elaboração de políticas públicas para a juventude e apontassem caminhos para

Conclui-se que, inevitavelmente, as entidades de atuação nacional, por sua história, caráter político, condições financeiras e nível de organização, têm maior facilidade em exercer pressão – inclusive, por terem menos dificuldades em chamar a atenção da imprensa -, mas o que não torna o papel das outras organizações desnecessário, menos importante ou indiferente. Muito pelo contrário.





a transversabilidade do tema através da articulação de políticas estruturais, emergenciais e específicas.

Em 2008 e 2009, o CONJUVE destacou-se por um diálogo mais permanente com o Parlamento na luta pela aprovação dos marcos legais da juventude. Realizou atividades políticas na Câmara e Senado, como blitz e café da manhã pela aprovação da PEC; organizou o Pacto pela Juventude, atividade feita no período eleitoral, na qual buscava-se o comprometimento público dos candidatos com as pautas de juventude; e construiu o 1º Encontro Nacional de Conselhos, atividade que em conjunto com o Pacto, contribuiu para o início da constituição de um sistema nacional de juventude.

Dentre todas as ações e atividades relacionadas, a realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude pode ser considerada a mais importante no sentido de participação democrática, envolvendo os movimentos juvenis, imprensa, pesquisadores e governos.

Esse exercício de aprendizado de construção hegemônica, que requer o reconhecimento da pluralidade como ponto de partida de um processo de busca de princípios e interesses comuns, permitiu que a articulação das diferenças abrisse caminho para as configurações do interesse público. Esse esforço impactou em novas transformações dentro do Conselho. Dentre elas, a grande maioria dos participantes da pesquisa concorda com o fato de que as opiniões minoritárias têm espaço no CONJUVE. Isto deve-se à postura dos conselheiros, de respeito à pluralidade e legitimidade dos interlocutores representantes nas cadeiras do Conselho, premissa que fez com que as discussões fossem pautadas por argumentações, respeito, negociações, alianças em busca de consensos possíveis.

Hoje, o CONJUVE, assim como as políticas de juventude, pode acabar de acordo com a mudança de governante, não existe nenhum mecanismo legal que garanta sua permanência e continuidade. Daí a necessidade e preocupação dos conselheiros entrevistados com relação à continuidade de luta pela aprovação dos marcos legais de juventude

Ainda, o trabalho de formulação do Conselho, no primeiro ano, associado ao curso de capacitação realizado em parceria com a UFMG, proporcionou aos conselheiros um maior grau de conhecimento e informação em relação às políticas públicas de juventude.

Especificamente, em relação ao ponto da participação dos membros do governo no CONJUVE, nota-se que pouco se avançou. Poucos são os conselheiros que participaram da primeira e segunda gestão do Conselho. Essa resistência pode ser caracterizada por diversos fatores, como falta de comprometimento ou reconhecimento com o tema; hostilidade com relação a esse novo formato de tomada de decisões de modo participativo e menos autoritário; até o sentimento de ameaça potencial com a manutenção dessa estrutura de tomada de decisões democráticas. O fato é que, segundo os participantes da pesquisa, muitas discussões deixaram de ser realizadas e encaminhadas, devido à resistência de alguns conselheiros do poder público em fornecer informações e em participar dos debates.

Outro item importante, que dificulta os trabalhos do Conselho e que não obteve nenhum avanço, é a falta de estrutura material e técnica do CONJUVE, bem como a informalidade e a baixa institucionalidade.

Como parte integrante do Executivo, o Conselho deve ter recursos para a sua instauração e manutenção, capacitação dos conselheiros, custeio de despesas de conselheiros no exercício de suas atividades, bem como

realização de atividades decididas pelo coletivo. Apesar de o CONJUVE ter conquistado orçamento próprio em sua segunda gestão, o apoio aos conselheiros ainda é muito frágil. Não dispõe de técnicos qualificados suficientes para assessoria das comissões. Existe, ainda, uma dependência muito grande ao executivo para a realização de suas atividades. Não possui espaço próprio e nem sempre as atividades definidas nas comissões são realizadas, por falta de orçamento ou pela burocracia e lentidão no trâmite interno da secretaria geral da presidência. Outro fator deficitário é a falta de formalidade nas convocações, debilidade no registro de atas e documentos do Conselho. A limitação destes impede o registro histórico das discussões e a avaliação de seu funcionamento. Associado a isso, ainda vem a somar a falta de institucionalidade, fator preocupante, inclusive pelo sentimento de instabilidade gerado, quanto à continuidade ou não do Conselho no próximo governo.

Hoje, o CONJUVE, assim como as políticas de juventude, pode acabar de acordo com a mudança de governante, não existe nenhum mecanismo legal que garanta sua permanência e continuidade. Daí a necessidade e preocupação dos conselheiros entrevistados com relação à continuidade de luta pela aprovação dos marcos legais de juventude (Proposta de Emenda à Constituição – PEC 42/2008, Plano Nacional de Juventude e Estatuto da Juventude).



Arquivo Conjuve

É relevante ressaltar que o CONJUVE pode se tornar um exemplo concreto de como mecanismos de democracia participativa podem contribuir na gestão pública. Através de canais que envolvam, em um mesmo espaço de discussão, ONG's, movimentos sociais, especialistas, adultos e jovens, Poder Executivo e outros, é possível contribuir na qualidade da vida pública e institucional de regimes representativos, com a preocupação comum de melhorar a transparência e accountability governamental, sejam eles horizontais (eleições), verticais (Conselhos e conferências) ou sociais (jornalismo independente, associações civis profissionalizadas e movimentos sociais conjunturais).

*Apesar dos avanços conquistados nessas duas gestões do CONJUVE, há muito a ser conquistado*

Ao lado do Projovem e da Secretaria Nacional de Juventude, o CONJUVE constitui o tripé da Política Nacional de Juventude. Em cinco anos de trajetória, conquistou credibilidade e aceitação em um segmento da sociedade que acompanha as Políticas de Juventude. Porém, devido a sua recente história e as dificuldades apresentadas, o Conselho não conseguiu, ainda, interferir de fato no controle ou incidir na elaboração das Políticas Públicas do Governo Federal, apesar de ter realizado, no primeiro ano de funcionamento, o trabalho de formulação interno e autoridade intelectual para tal.

Num segundo momento, o Conselho atuou na consolidação de bandeiras das chamadas políticas de Estado, através da realização da Conferência Nacional de Juventude, assim como na atuação e diálogo mais permanente no Parlamento, em busca da aprovação dos marcos legais (PEC, Plano e Estatuto).

Posse dos novos conselheiros do CONJUVE da gestão 2010-2011



É necessário que a sociedade civil continue buscando a unidade e fortalecimento do CONJUVE, bem como exerça, cada vez mais, seu papel de pressão para que as mudanças e transformações necessárias ao fortalecimento e conquistas do Conselho continuem ocorrendo.

Ou por sua fragilidade institucional ou por situação periférica na agenda governamental, o Conselho ainda não conquistou um reconhecimento suficiente a ponto de conseguir obter mais visibilidade e prestígio perante os membros do governo.

Entretanto, as experiências e legado deixados a esse terceiro mandato fazem com que o CONJUVE seja promissor na conquista e realização de diversas atividades, como a aprovação dos marcos legais, a oportunidade de 2010 ser o Ano Internacional da Juventude/ONU, a possibilidade de reedição do Pacto pela Juventude, assim como a convocação da 2ª Conferência Nacional de Juventude. Atividades que contribuem, inclusive, pelo fortalecimento da rede de Conselhos pelo país.

Para tanto, é necessário que a sociedade civil continue buscando a unidade e fortalecimento do CONJUVE, bem como exerça, cada vez mais, seu papel de pressão para que as mudanças e transformações necessárias ao fortalecimento e conquistas do Conselho continuem ocorrendo. 🗣️

Arquivo Conjuve



Conselheiras do CONJUVE na Pré-Conferência Mundial de Juventude ocorrida neste ano em Salvador/BA Abaixo – Abertura do II Encontro Nacional de Juventude pelo presidente do CONJUVE, Danilo Moreira

Arquivo Conjuve



\***MÁRVIA SCÁRDUA** é ex-Diretora de Relações Institucionais da UNE, ex-Conselheiro do CONJUVE (2008-2009), ex-representante do Brasil na REJ - Mercosul (Reunião Especializada de Juventude do MERCOSUL), Diretora da União da Juventude Socialista (UJS) e pós-graduanda em República, Democracia Participativa e Movimentos Sociais pela UFMG.



# UM NOVO OLHAR SOBRE A JUVENTUDE: o marco regulatório das Políticas Públicas de Juventude no Brasil

André tokarski\*

Constituir um marco legal para as Políticas Públicas de Juventude no Brasil representa um desafio civilizatório. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008) apontam que cerca de 50 milhões de brasileiros possuem entre 15 e 29 anos, representando 26,4% da população. Porém, essa categoria social não conta com direitos específicos consagrados no nosso ordenamento jurídico e as políticas públicas desenvolvidas em atenção à juventude ainda são incipientes.

O Estado e a sociedade precisam dedicar mais atenção aos jovens enquanto parcela significativa de um projeto nacional de desenvolvimento. Estudos e pesquisas sobre a juventude apontam esse grupo social como altamente vulnerável, pois sofrem de forma mais aguda problemas sociais, como o desemprego, a violência urbana, as condições precárias de atenção básica à saúde, ao bem estar social e à educação.

Por um lado, a incidência de mortes por causas violentas é assustadoramente maior entre os jovens: enquanto na população adulta 9,8% das mortes registradas são causadas por fatores externos, entre a juventude esse número chega a 72,8% (WAISEL-FISZ, 2007, p. 93). Por outro, a educação convive com problemas crônicos, devido ao acúmulo de privilégios para poucos e à exclusão para a maioria, além do que é grande a distorção

Arquivo Conjuve



Blitz do CONJUVE pela aprovação da PEC da Juventude no Senado, março 2010

idade-série apropriada, e o acesso ao ensino superior ou ao ensino técnico-profissionalizante é extremamente limitado. Além disso, também no mercado de trabalho, manifestam-se condições preocupantes com relação à juventude: a entrada precoce e sem qualificação condena uma parcela significativa dos jovens a conviver com o trabalho penoso e mal remunerado.

O reconhecimento da juventude como agente estratégico do pleno desenvolvimento econômico e social da nação passa a ser, portanto, uma questão fundamental. O atual estágio de desenvolvimento do Brasil não permite que se enxergue a juventude como a "geração do futuro". É urgente que se priorize a temática da juventude na agenda nacional com enfoque em políticas públicas emancipatórias.

Estão em curso no país inúmeras políticas de Governo que buscam enfrentar e problematizar esta questão. Porém, tais medidas se comprovaram insuficientes frente à dimensão que

O atual estágio de desenvolvimento do Brasil não permite que se enxergue a juventude como a "geração do futuro". É urgente que se priorize a temática da juventude na agenda nacional com enfoque em políticas públicas emancipatórias.

representa formular e aplicar políticas públicas para cerca de 50 milhões de cidadãos.

Para avançar nesse sentido, é fundamental a aprovação dos três instrumentos normativos relacionados a essa pauta que tramitam no Congresso Nacional: a PEC (proposta de emenda constitucional) da Juventude (SANDES JÚNIOR, 2008), o Plano Nacional da Juventude (MARANHÃO, 2004) e o Estatuto da Juventude (COMISSÃO ESPECIAL..., 2004).



## A condição juvenil

A juventude, tal qual conhecemos hoje, é uma categoria social recente. Formada por parâmetros que vão desde o agrupamento de uma determinada faixa etária e se desdobram na construção de uma identidade, na forma de agir, pensar e se organizar na sociedade. Do ponto de vista histórico, é um fenômeno que emerge para a sociedade contemporânea, fruto do surgimento do capitalismo e da nova divisão social do trabalho.

Como segmento social consolidado, podemos dizer que o nascedouro da juventude está na Revolução Industrial e na ascensão da burguesia como classe social dominante. Como diz Natividad Guerrero (2005, p. 6), “o capitalismo é o fundamento da existência da juventude”. A ideia de um segmento social juvenil é algo completamente estranho às sociedades medievais, marcadas pelo atraso técnico-científico e por uma rígida divisão social do trabalho.

O desenvolvimento da ciência, da técnica e da indústria provoca radicais alterações na divisão do trabalho e põe fim a essa realidade.

Com as modificações nas relações familiares, a própria infância começa a ter mais atenção, pela necessidade de preparar os filhos para que deem continuidade às riquezas acumuladas pela família. Na obra *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, peça importante que analisa as influências do ainda nascente capitalismo nas relações sociais, Engels descreve as mudanças no núcleo familiar para se adaptar à lógica da acumulação de riquezas:

Baseia-se no domínio do homem com a finalidade expressa de procriar filhos cuja paternidade fosse indiscutível e essa paternidade é exigida porque



O Estado e a sociedade precisam dedicar mais atenção aos jovens como parcela significativa de um projeto nacional de desenvolvimento.

os filhos deverão tomar posse dos bens paternos, na qualidade de herdeiros diretos (ENGELS, 2001, p. 68).

Com esses novos acontecimentos históricos e socioeconômicos, a infância é prolongada, e se delineia a juventude como um grupo social que necessita qualificar-se para assumir futuramente o controle das rendas do capital familiar.

É nessa direção que surge a escola, como via para capacitar e preparar as forças produtivas que marcariam o avanço tecnológico do sistema capitalista. Construída como um novo espaço de vivência e socialização, onde os jovens entram em contato e desenvolvem traços de identidade com as particularidades de outros jovens de sua mesma faixa etária, configurando-se como grupo geracional.

A partir daí, florescem elementos de identidade da juventude e, da mesma forma, brotam as contradições entre os jovens de diferentes classes sociais, no tocante às oportunidades de acesso à educação, lazer, formação cultural e profissional.

Estudiosos das ciências sociais demonstram que, para os trabalhadores, a juventude foi vista no século XX pela ótica da necessidade de receber qualificação prévia para ocupar determinados empregos, surgindo, assim, a universidade como nível de ensino superior, devido aos progressos técnicos e industriais.

Helena Abramo descreveu bem a “condição juvenil” na nova divisão social do trabalho:

Preparação feita em instituições especializadas (a escola), implicando a suspensão do mundo produtivo (e da permissão de reprodução e participação); estas duas situações (ficar livre das obrigações do trabalho e dedicado ao estudo numa instituição escolar) se tornaram os elementos centrais da condição juvenil (ABRAMO, 2008, p. 41).

As mazelas sociais se expressam de forma mais aguda na juventude, deixando-a em situação de vulnerabilidade. É preciso, no entanto, consi-



derar a relação dialética que há nas vulnerabilidades da juventude. A referência a riscos reverbera a pertinência de políticas focalizadas na juventude. Mas, há que se considerar os jovens como sujeitos portadores de direitos e atores da construção do desenvolvimento, destacando, nesse caso, as potencialidades da juventude para se desenvolver nos paradigmas dos novos tempos, das novas relações sociais e tecnologias. Castro e Abramovay (2005, p. 38) destacam abaixo as vulnerabilidades positivas:

É o que estamos chamando de vulnerabilidades positivas. Estas abrangem questões que comumente são associadas por adultos a negatividades, mas que podem fazer a diferença potencializando mudanças civilizatórias e engajamentos positivos. A participação dos próprios jovens, por vetores que não se confundam com clientelismo ou manipulação política, mas que se equacione com a acessibilidade a distintos recursos, inclusive o de fazer e de mudar o fazer política.

**As privações às quais é submetida boa parte dos jovens incidem negativamente na expectativa de futuro da juventude.**

As privações às quais é submetida boa parte dos jovens incidem negativamente na expectativa de futuro da juventude. Estudo recente publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD<sup>1</sup> revela que cerca de 50% dos jovens brasileiros sofre pelo menos um tipo de privação, em uma relação de quatro itens. A análise leva em consideração os seguintes aspectos:

- a) saúde e risco ambiental;
- b) acesso a educação;
- c) acesso a recursos (rendimento e condições de moradia);
- d) exclusão social (LESSA, 2009).

A abordagem realizada no estudo reforça a preocupação com as vulnerabilidades às quais a juventude é exposta e coloca a pobreza para além da

<sup>1</sup> O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a rede global de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, presente em 166 países. Seu mandato central é o combate à pobreza; atua ao lado de governos, iniciativa privada e sociedade civil.

questão monetária, como uma severa limitação de oportunidades para o desenvolvimento pleno da juventude.

Partindo para uma abordagem mais ampla, as políticas públicas de juventude devem enxergar na condição juvenil não apenas uma fase de passagem para a vida adulta. Para isso, é fundamental superar visões que associam a juventude à situação de risco social, pois estas só conseguem propor respostas emergenciais e, muitas vezes, paternalistas para os problemas que atingem os jovens. A juventude é marcada por uma singularidade que carrega consigo dificuldades, mas também potencialidades próprias de sua condição.

### Educação

Ao nos depararmos com a realidade educacional dos jovens brasileiros, encontramos inúmeras insuficiências, decorrentes, em boa medida, de uma estrutura atrasada em que se acentuam os privilégios para poucos e a exclusão para a maioria. Nesse quadro, destacamos a presença de 1,5 milhões de analfabetos entre os jovens e grave distorção idade-série, comprometendo a frequência escolar na idade apropriada e um acesso limitadíssimo tanto à educação profissional quanto ao ensino superior.

Essas restrições, quanto à possibilidade de uma educação inclusiva e emancipatória para todos, tem origem na concepção fundadora do ambiente escolar enquanto um espaço limitado à formação dos filhos da elite dominante.

**A juventude é marcada por uma singularidade que carrega consigo dificuldades, mas também potencialidades próprias de sua condição.**



A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado debate políticas de juventude, em audiência pública realizada em 28 de março



A fase juvenil é, portanto, um advento da modernidade, e um de seus elementos constituintes é o prolongamento da idade para a entrada no mundo do trabalho e a destinação de um tempo próprio para a formação escolar, cultural e profissional do jovem.

Arquivo



Blitz pela aprovação da PEC da Juventude no Senado



Atividade cultural no Dia Nacional de Juventude em Olinda/PE



Jovens participantes do projeto Estação Juventude/Pronasci da cidade de Recife/PE

Podemos verificar que a recorrência do analfabetismo é mais presente quanto mais elevada a faixa etária dos jovens brasileiros. Outro dado relevante é a distorção idade-série de quase 34% dos jovens de 15 a 17 anos, que estão matriculados no ensino fundamental. Destacamos, ainda, o fato de que menos de 33% dos jovens da faixa etária de 18 a 24 anos frequentam a escola e apenas 12,7% têm acesso ao ensino superior.

## Trabalho

A condição do trabalho é um aspecto de grande relevância na vida da juventude. Como já tratamos anteriormente, foi justamente após a revolução industrial, com o desenvolvimento das sociedades urbanas industrializadas e fruto da nova divisão social do trabalho, que se deram as condições para o florescimento da juventude.

A fase juvenil é, portanto, um advento da modernidade, e um de seus elementos constituintes é o prolongamento da idade para a entrada no mundo do trabalho e a destinação de um tempo próprio para a formação escolar, cultural e profissional do jovem.

Mesmo na contemporaneidade, as relações no mundo do trabalho expressam distinções relevantes na determinação da condição juvenil. Se o nascedouro da juventude está relacionado à nova divisão social do trabalho, suas principais contradições residem justamente na diversidade com que o problema do trabalho aparece para cada jovem, a partir da sua classe social e de sua faixa de renda individual ou familiar.

A relação entre educação, classe social, trabalho e renda influencia sobremaneira no desenho das desigualdades entre jovens e, muitas vezes, na inserção precoce e precária da juventude no mercado de trabalho.



No Brasil, a presença no mundo do trabalho é uma realidade para a ampla maioria dos jovens. Segundo dados do IBGE (PNAD, 2006), 66% dos jovens entre 14 e 29 anos estão inseridos neste contexto. Isso representa cerca de 35 milhões de indivíduos, o que compõe um cenário diversificado e desigual na sua relação com a educação.

O elemento decisivo para a entrada precoce do jovem no mercado de trabalho é a fragilidade na composição da renda de sua família. Na maioria das vezes, o trabalho não é uma opção social, mas uma condição para a sobrevivência.

Nesse aspecto, a relação trabalho-educação é determinante na vida da juventude, e as ações no plano econômico-social e ético-político são necessárias e complexas para agir fortemente na redução das desigualdades sociais.

### Saúde e Violência

Para Waiselfisz (2007, p. 93), um indicador relevante da vulnerabilidade da juventude no Brasil e em todo mundo são as condições de saúde. A recorrência de mortes por causas externas entre os jovens criou um 'novo padrão de mortalidade juvenil'. Há cinco décadas, as doenças infecciosas eram as principais causas de morte na juventude; hoje, a maioria dos óbitos é oriunda de causas violentas, como homicídios, acidentes ou suicídios (WAISELFISZ, 2007, 94).

A disparidade nas causas de morte da população jovem e na população não jovem revela como a condição juvenil está exposta a vulnerabilidades sociais graves. Entre a juventude, 72,8% das mortes são consequência da ação humana e com emprego de violência (homicídios, acidentes de trânsito). Já para a população não jovem, apenas 9,8% dos óbitos são causados por elementos externos. As causas

A construção de um novo paradigma jurídico-social, que supere a visão limitadora da juventude como uma simples passagem para a vida adulta, por vezes carregada de problemas, representaria um avanço civilizatório para o Brasil.

naturais (doenças) são responsáveis por 90,2% das mortes no grupo não jovem; entre a juventude, este índice é de 27,2% (BRASIL. Ministério da Saúde apud WAISELFISZ, 2007, p. 94).

O gênero aparece como um aspecto singular na diferenciação da situação de violência entre a juventude e o restante da população. Os homens jovens são as maiores vítimas das mortes por causas violentas: praticamente 90% do total de óbitos juvenis por causas violentas são de pessoas do sexo masculino (WAISELFISZ, 2007, p. 102).

### Participação

O ponto de partida para o exercício das potencialidades da juventude é o seu reconhecimento como sujeito portador de direitos e ator do seu próprio desenvolvimento. A juventude é, sobretudo, agente estratégico do seu desenvolvimento, sem negar-lhe ou desconhecer as inúmeras limitações e exclusões a que são impostas, mas fazer isso sem lhes tirar a condição de cidadãos portadores de direitos.

As políticas públicas de juventude devem articular iniciativas relacionadas com melhorias das condições de vida dos jovens, com outras orientadas ao fomento da participação, considerando que não basta satisfazer somente investimentos nas condições sociais e econômicas.

Uma das peças-chave a esse respeito tem sido o desenvolvimento de ações de 'empoderamento', ou seja, ações que ofereçam aos jovens as ferramentas necessárias para assumir a condução do seu destino frente à sociedade.

### Expandir fronteiras: o marco regulatório das Políticas Públicas de Juventude no Brasil

Com a chegada de uma nova visão política ao poder central do país, a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, a temática "juventude" alça um *status* elevado na estrutura governamental. Em 2005, são criados a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude.

A construção de um novo paradigma jurídico-social, que supere a visão limitadora da juventude como uma simples passagem para a vida adulta, por vezes carregada de problemas, representaria um avanço civilizatório para o Brasil. É necessário investir em um enfoque que ultrapasse a condição assistencial e de risco e construa, com a participação proativa dos jovens, um olhar de sujeitos portadores de direitos e atores de um projeto nacional de desenvolvimento.

Dada a complexidade dos problemas e o atraso do Estado e da sociedade em reconhecer a condição social própria da juventude, acumulamos um enorme passivo social nesta categoria. No Brasil, durante a década de 1990, em que o neoliberalismo hegemônizou a orientação política do governo central, o abismo social se expandiu com a atuação de um estado mínimo e um mercado máximo, enfraquecendo a atenção estatal aos direitos sociais.

Entretanto, hoje vivemos condições propícias para inverter esse vetor. Sob o Governo Lula, a participação popular ganhou relevo e a juventude conquistou mais atenção do Estado. Contudo, a consagração dos



Cumpra a juventude perseverar nesta batalha e ao Estado e à sociedade não desperdiçar a possibilidade concreta de consolidar um marco legal para as políticas públicas de juventude, instrumento que pode garantir a plena cidadania para milhões de jovens.



Acima: Material de divulgação do Pacto da Juventude. Acima à direita: Blitz do CONJUVE pela aprovação da PEC da Juventude. Ao lado: CONJUVE é recebido por senadores durante a blitz pela aprovação da PEC



direitos da juventude no ordenamento jurídico brasileiro ainda não foi coroada. A aprovação pelo Congresso Nacional, nos termos colocados, da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Juventude (SANDES JÚNIOR, 2008), do Plano Nacional de Juventude (MARANHÃO, 2004) e do Estatuto da Juventude (COMISSÃO ESPECIAL..., 2004) pode representar um importante passo na construção do marco legal para os direitos e para as políticas públicas de juventude.

O Estatuto da Juventude (COMISSÃO ESPECIAL..., 2004) assegura uma série de benefícios para os jovens, como transporte gratuito interestadual e intermunicipal e meia-entrada em eventos culturais e de lazer para estudantes.

O eixo do estatuto é definir claramente os direitos da juventude e quem deve implementá-los. Para isso, a proposta prevê a criação da Rede Nacional da Juventude, constituída pelo Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve).

Pela proposta, integram o Sinajuve os conselhos de juventude, os órgãos governamentais da juventude, o Sistema Nacional de Avaliação e Gestão das Políticas de Juventude e o Sistema Nacional de Informação sobre a Juventude. Para financiar as atividades da rede, o projeto prevê também a instituição do Fundo Nacional de Juventude.

A Proposta de Emenda Constitucional (SANDES JÚNIOR, 2008) insere, no capítulo dos Direitos e

Garantias Fundamentais, o termo *juventude* na Constituição Federal. Ao reconhecer esta parcela da população como segmento prioritário para a elaboração de políticas públicas, como já fora feito com idosos, crianças e adolescentes, avançaremos no sentido de superar o binômio juventude-problema para um patamar em que a juventude seja compreendida como um grupo de sujeitos detentores de direitos.

A PEC representa um importante passo para uma mudança no arcabouço jurídico brasileiro, que transformará a atenção do Estado em relação ao jovem. A PEC assegura aos jovens de 15 a 29 anos os mesmos direitos constitucionais em saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura, já garantidos a crianças, adolescentes e idosos.

Entendendo os jovens como sujeitos de direitos com características singulares, a intenção da PEC é incluí-los nas políticas do Estado brasileiro, preservando suas diferenças, para que sejam protagonistas na solução dos seus problemas e para que possam exercer plenamente a sua cidadania.

Segundo o texto do Plano Nacional de Juventude, os estados e municípios que criarem órgãos de gestão das políticas de juventude e aprovarem planos locais no prazo de dois anos após a sanção da futura lei terão prioridade na distribuição de recursos destinados ao tema.

Entre as principais metas previstas no plano nacional estão a erradicação do analfabetismo juvenil em cinco anos, a universalização do ensino médio público e gratuito, o incentivo ao empreendedorismo juvenil e a garantia de inclusão digital, com a instalação de computadores nas escolas e universidades.

Do ponto de vista econômico, as projeções indicam que, em menos de



uma década, o Brasil pode se tornar a quinta maior economia do mundo. As reservas de Petróleo recém-descobertas na camada do Pré-sal podem garantir um desenvolvimento longo e mais veloz. Podemos afirmar, portanto, que, pelas perspectivas econômicas dadas, estão criadas as condições para alçar a juventude a uma condição superior de desenvolvimento socioeconômico, educacional e cultural.

A juventude brasileira nunca negou o papel histórico que lhe foi dado. Mesmo convivendo com duras adversidades, sempre esteve à frente e ao lado das principais lutas em defesa da democracia e de condições dignas de vida para todo o povo. Cumpre a ela perseverar nesta batalha e ao Estado e à sociedade não desperdiçar a possibilidade concreta de consolidar um marco legal para as políticas públicas de juventude, ins-

trumento que pode garantir a plena cidadania para milhões de jovens.

Para isso, a juventude deve participar ativamente das eleições de outubro de 2010, elegendo candidatos comprometidos em aprofundar os avanços em curso no nosso país. **!**

\* **ANDRÉ TOKARSKI**, 26, é estudante de direito da UFG e Diretor Nacional de Organização da UJS.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: PALÁCIO, Fábio (Org.). **Juventude, cultura e políticas públicas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE. Projeto de lei 4529/2004. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/253910.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2009.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 2001.

GUERRERO, Natividad. Concepções e realidades atuais da juventude: a experiência cubana. In: PALÁCIO, Fábio (Org.). **Juventude, cultura e políticas públicas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio: síntese de Indicadores**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/sintese-pnad2008.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio: síntese de Indicadores**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>>. Acesso em: 22 dez. 2009.

LESSA, Felipe. Metade dos jovens sofre privação no Brasil. **PNUD Brasil**. Montevideu, 2009. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3371&lay=pde](http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3371&lay=pde)>. Acesso em: 18 dez. 2009.

MARANHÃO, Benjamim. Projeto de lei 4530/2004. Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/MontarIntegra.asp?CodTeor=253927>>. Acesso em: 03 out. 2009.

SANDES JÚNIOR, João et al. Projeto de emenda constitucional n. 42/2008. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227. (Dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude). Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=88335](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=88335)>. Acesso em: 22 dez. 2009.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2007**. Brasília: Ritla, 2007.

## REFERÊNCIAS CONSULTADAS

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MODÉ, Leandro. País alcança situação demográfica ideal para crescimento econômico. **Estadão.com.br**. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100103/not\\_imp489825,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100103/not_imp489825,0.php)> Acessado em: 03 jan. 2010.

NOVAES, Regina et al. (Orgs.). **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

POCHMANN, Márcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.



# Perfil da Sociedade Civil no Conjuve

Luciana Soares\*

Nas próximas linhas, realizaremos uma breve apresentação do Conselho Nacional de Juventude e efetuaremos a análise detalhada do perfil da sociedade civil que o compõe. Esperamos, com isso, traçar o desenho dos tipos de organizações e grupos sociais constitutivos desse órgão.

O Conselho Nacional de Juventude – Conjuve<sup>1</sup>, ao lado da Secretaria Nacional de Juventude, constitui o espaço institucional da Política de Juventude em âmbito federal, implementada em nosso país, ineditamente, no ano de 2005.

Com o intuito de garantir maior efetividade da integração e transversalidade das políticas, programas e ações da temática juvenil entre os diferentes ministérios e secretarias, o Governo Federal vinculou o Conjuve, e a Secretaria Nacional de juventude, à Presidência da República.

A finalidade desse Conselho é a formulação e proposição da diretiva das políticas públicas de juventude e o estímulo à produção de pesquisas e estudos sobre a realidade socioeconômica juvenil. Por isso, deve ser compreendido como um conselho nacional de políticas públicas de juventude e não como órgão de simples representação juvenil.

É constituído majoritariamente por organizações de sociedade civil. De suas 60 cadeiras, 20 são destinadas ao Poder Público<sup>2</sup> e preenchidas por indicação do Poder Executivo Federal. Contudo, além de Representantes de Ministérios e Secretarias Especiais que desenvolvam políticas de juventude, há representantes do Poder Público



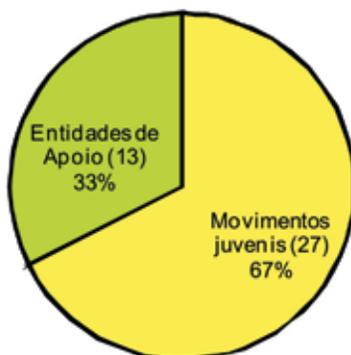
Jovens conselheiras do CONJUVE durante a posse da gestão 2010-2011

Estadual e Municipal, Câmara dos Deputados e Legislativos Estaduais.

Os 40 assentos destinados à sociedade civil (80 membros, entre titulares e suplentes), são ocupados por 67 organizações, empossadas em março de 2010.

Desde a eleição de seus representantes<sup>3</sup>, a sociedade civil se organiza em dois grandes grupos, visualizados graficamente abaixo: Entidades de Apoio e Movimentos Juvenis, que, por sua vez, subdividem-se em: Fóruns e Redes, Atuação local e Atuação Nacional.

Composição da Sociedade Civil  
Relação Movimentos Juvenis e Entidades de Apoio



Fonte: SOARES, 2009. Elaboração própria.

Tal distinção é fruto do entendimento de que a colaboração intergeracional fortalece a consecução dos objetivos do Conjuve, pois, como bem define Regina Novaes (2007), a “*perspectiva geracional* necessariamente aponta para novas relações inter e intrageracionais e pressupõe políticas para/com/de juventude”.

As entidades de apoio<sup>4</sup>, definidas enquanto organizações de “não jovens” (pessoas acima de 29 anos de idade) que atuam na temática juvenil, seja no atendimento a demandas objetivas, na promoção, garantia ou defesa dos direitos ou no desenvolvimento de estudos e pesquisas, possuem 13 vagas (33%) e representam os segmentos de Cultura, Educação, Esporte, Lazer e Tempo Livre, Mídia, Comunicação e Tecnologia da Informação, Instituição de Pesquisa, Jovens com Deficiência, Povos e Comunidades Tradicionais, Participação Juvenil, Raça/Etnia, Saúde, Gênero e Direitos Sexuais e Reprodutivos, Segurança Pública, Direitos Humanos, Trabalho e Renda, Religiões de Matriz Africana.

Os Movimentos Juvenis, entendidos como os que atuam na mobiliza-



ção da juventude, em sua organização ou, ainda, na promoção, defesa ou garantia de seus direitos, possuem 27 assentos no Conjuve, cerca de 67% do total de cadeiras destinadas à sociedade civil.

A representação da ampla diversidade da juventude brasileira sempre foi o objetivo da composição do Conjuve. Igualmente, fez-se necessário o estabelecimento de parâmetros que legitimassem essa conformação plural, pois o desafio colocado estava em equacionar a aparente “dicotomia” entre a vocação nacional deste Conselho e a necessidade de incorporação de movimentos localizados, entre aqueles com distintas e inovadoras formas organizativas, como as redes, e os considerados “tradicionais”, como o movimento estudantil e sindical, por exemplo.

Assim, optou-se por resguardar o caráter nacional do Conjuve, destinando aos Movimentos Juvenis, com esta característica<sup>5</sup>: 22 vagas nas temáticas: artístico-cultural, do campo, estudantil, movimento hip hop, jovens empresários e empreendedores, jovens feministas, jovens negras e negras, juventude LGBT, religioso, trabalhadores urbanos, político-partidários, movimento comunitário e de moradia, meio ambiente e Fóruns e Redes

LGBT, religiosos, trabalhadores urbanos, político-partidários, movimento comunitário e de moradia e meio ambiente. Aos Fóruns e Redes de juventude<sup>6</sup> foram reservadas 4 cadeiras e, de modo a promover o intercâmbio com a experiência local, há cadeira destinada a essa tipologia organizacional<sup>7</sup>.

O gráfico abaixo mostra a distribuição dos Movimentos Juvenis de Atuação Nacional.

A finalidade desse Conselho é a formulação e proposição da diretiva das políticas públicas de juventude e o estímulo à produção de pesquisas e estudos sobre a realidade socioeconômica juvenil.

Movimentos Juvenis de Atuação NACIONAL



Fonte: Elaboração própria.

A representação da ampla diversidade da juventude brasileira sempre foi o objetivo da composição do Conjuve.

No documento “Perfil da Sociedade Civil”, discutido em reunião do Conselho Nacional de Juventude, foi analisado o desenho dessa representação no mandato atual e com enfoque específico nos 80 conselheiros e conselheiras, titulares e suplentes, sob os aspectos: gênero, raça/etnia, faixa etária (jovens e não jovens), região demográfica e unidade da federação, a partir da residência de cada um e cada uma.

Os dados, coletados a partir de formulário cadastral interno, demonstram que, seguindo a tendência nacional<sup>8</sup>, a maior parte de conselheiros e conselheiras, 58%, reside na Região sudeste (46), seguida pela nordeste

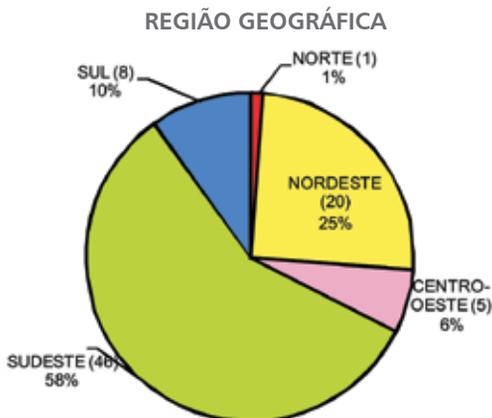
Arquivo



Grupo de discussão durante II Encontro Nacional de Conselhos de Juventude

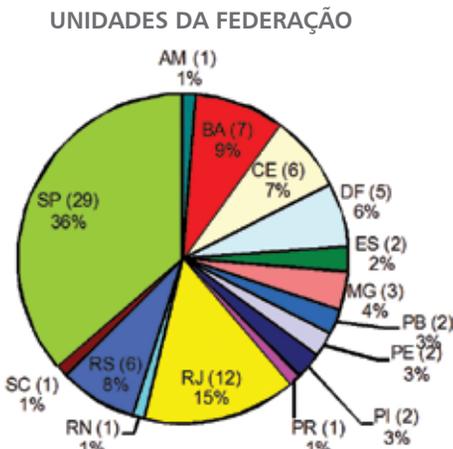


com 25% dos residentes (20) e pela sul (8), com cerca de 10%. Na representação das regiões norte (1) e centro-oeste (5), há uma inversão dessa realidade nacional. Vejamos no gráfico abaixo:



Fonte: Elaboração própria.

Do ponto de vista da residência dos conselheiros nacionais, por unidade da federação, constatou-se que estão representados, no Conjuve, 14 estados e o Distrito Federal. A maior parte reside no estado de SP (29), seguido por RJ (12), BA (7), CE (6), RS (6), DF (5), MG (3), ES (2) PE (2), PI (2), PB (2), AM (1), PR (1), SC (1) e RN (1), como demonstrado nos gráficos abaixo.

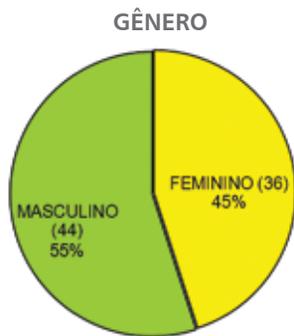


Fonte: Elaboração própria.

Contudo, aqui valem duas considerações: a) a representação do estado de São Paulo pode aparentar acentuada também pelo fato deste

ser o "estado-sede" de várias organizações nacionais, fato condicionante para moradia de muitos conselheiros que deixam seus estados de origem; b) a estratégia adotada tem sido a do estímulo ao fortalecimento e criação de conselhos estaduais e municipais de juventude<sup>9</sup> em todo o país, com vistas a consolidar uma rede nacional de conselhos. Além disso, o Conjuve não se pretende um espaço de representação estadual em nível federal. Ao contrário, seu caráter nacional se deve à extensão da atuação dos diferentes órgãos e entidades que o compõem.

Segundo o levantamento, com relação à questão de gênero, o Conjuve se mostra equitativo; entretanto, com predominância do masculino (55%) em relação ao feminino (45%). Esse fato reproduz a realidade nacional, em que as mulheres ainda possuem uma menor participação nos espaços de poder. O gráfico seguinte demonstra esse fato:

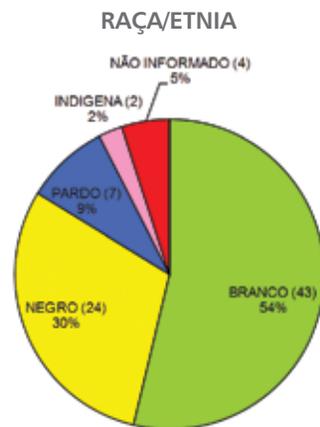


Fonte: Elaboração própria.

Quanto à questão de raça/etnia, no estudo elaborado pelo Conjuve, a nomenclatura adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (cor/raça: branca, preta, indígena, amarela) foi modificada para NEGRA em função da identidade étnica. O critério utilizado foi o da auto-declaração de cada conselheiro e conselheira.

Assim, 43% dos membros do Conjuve, entre titulares e suplentes, se autodeclararam BRANCOS, 30%

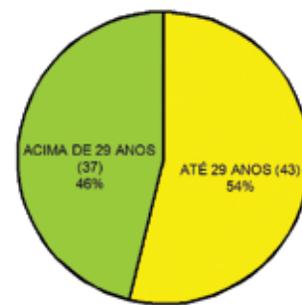
NEGROS, 9% PARDOS, 3% INDÍGENAS e 5% optaram por não declarar sua identidade étnica, como pode ser visto graficamente a seguir.



Fonte: Elaboração própria.

A análise dos dados confere, ainda, à sociedade civil no Conjuve um caráter juvenil: 54% de seus membros possuem até 29 anos (43); 46% estão acima de 29 anos de idade, somando um total de 37 membros. A média etária é de 28,2 anos.

### FAIXA ETÁRIA - JOVENS E NÃO JOVENS



Fonte: Elaboração própria.

Para Regina Novaes (2007), esse fato é bastante positivo, porque o "diálogo intergeracional visa uma aliança ancorada em valores de justiça social", construindo uma espécie de "pacto entre gerações".

Por fim, entendemos que o Conselho Nacional de Juventude tem como características a participação democrática e a valorização da diversidade juvenil brasileira, com acentuada pre-



Entendemos que o Conselho Nacional de Juventude tem como características a participação democrática e a valorização da diversidade juvenil brasileira, com acentuada presença de segmentos tradicionalmente excluídos das esferas públicas de decisão



Debate sobre perfil da sociedade civil no CONJUVE durante II Encontro Nacional de Conselhos de Juventude

sença de segmentos tradicionalmente excluídos das esferas públicas de decisão, e reúne, num mesmo espaço institucional, diferentes concepções e organizações em prol do reconhecimento, pelo Estado, das demandas e direitos da juventude.

Para além disso, mesmo considerando os limites inerentes a qualquer nova experiência e do modelo democrático-institucional, o Conjuve,

em apenas cinco anos de existência, se configurou numa instância privilegiada de ampliação da participação juvenil e de diálogo, a partir de que Estado e Sociedade Civil consolidam a temática de juventude na esfera institucional de nosso país.

\* **LUCIANA SOARES** é Assessora da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República.

## NOTAS

**1** Criado na forma da Lei 11.129 de 30 de junho de 2005, Art 9º, § 1º e 3º.

**2** Compõem o Conjuve: SNJ – SG/PR, MEC, MTE, MDS, Ministério da Saúde, MCT, MINC, MDefesa, Ministério do Turismo, MDA, Ministério do Esporte, MMA, Ministério da Justiça, GSI/PR, SEDH, SEPM, SEPPPIR, Fórum de Gestores e Secretários Estaduais e Municipais de Juventude, Frente Parlamentar de Juventude da Câmara dos Deputados, União dos Legislativos Estaduais – UNALE, Frente Nacional de Prefeitos e Confederação Nacional de Municípios.

**3** A partir de 2007, a representação da sociedade civil no Conjuve passou a ser eleita em assembleia pública de entidades inscritas conforme edital; método também utilizado

em outros conselhos nacionais, como o de Saúde e Direitos da Criança e do Adolescente.

**4** Entidades de apoio: CPC 8 de Março, Instituto Imagem e Cidadania, Instituto Aliança com o Adolescente, Instituto Paulo Freire, CEMJ, Atletas Pela Cidadania, Instituto PÓLIS, IBASE, CAMP, Escola De Gente, CIPÓ, Revista Viração, Instituto Aracati, Universidade da Juventude, Associação Raízes da Tradição, CNAB – Congresso Nacional Afro-Brasileiro, ACBANTU, CEDAPS, Canto Jovem, ÁGERE, Viva Rio, GIFE, Comunidade Empreendedores de Sonhos.

**5** Movimentos juvenis Nacionais: CUCA, FETRAF, CONTAG, UNE, UBES, NAÇÃO HIP HOP, CONAJE, BRASIL, UBM, CMB, UNEGRO, CEN, FONAJUNE, CONEN, E-JOVEM, ABGLT, REJUMA UEB, CONAM, CMP, JSPDT, JPMDB, JPT, JSB,

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2010.

NOVAES, R. Políticas de Juventude no Brasil: Continuidades e rupturas Juven-tude e Contemporaneidade no Brasil. Brasília, maio de 2007.

## REFERÊNCIAS CONSULTADAS

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. **Juventudes e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Natureza, composição e funcionamento**. São Paulo, 2007.

BARBER-MADDEN, R.; SANTOS, T. F. (Org.). **A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro**. Brasília, [s. n.], 2009.

SCARDUA, M. **O desenvolvimento das políticas públicas no Brasil: O Conselho Nacional de Juventude como espaço de participação da sociedade civil**. Belo Horizonte: [s.n.], 2010.

ABUB, Pastoral da Juventude, CUT, UGT, CTB, Força Sindical e CGTB

**6** Fóruns e Redes de juventude: REJU, Rede Fale, Rede Sou de Atitude, Rede de Jovens do Nordeste, APJN, Articulação Brasileira de Lésbicas, FNMOJ.

**7** Movimentos juvenis de caráter local: ADE-SAF e IJC

**8** PNAD 2008/IBGE População brasileira: GERAL: 183.987.291 (SE: 77.873.120, NE: 51.534.406, SL: 26.733.595, NO: 14.623.316, e CO: 13.222.854).

**9** Exemplos disso são a realização do *Pacto pela Juventude* e das duas edições do *Encontro Nacional de Conselhos de Juventude*.



## Juventude e Cibermilitância: aspectos e oportunidades da participação política na internet

Shayana Busson\*

A partir da década de 1980 no Brasil, nota-se uma ressignificação da tarefa cidadã, política e participativa dos jovens. Nota-se, nesse tempo, que a juventude brasileira passou e tem passado até então a introduzir novos parâmetros teóricos e práticos no que concerne seu comportamento político na sociedade. Emergem, no entanto, em nosso dia a dia, diversos movimentos jovens politizados – que não mais se resumem às organizações partidárias, sindicatos e grêmios estudantis –, bem como as temáticas suscitadas por esses movimentos também não mais se restringem à clássica luta por melhores salários, pelo socialismo, pelo fim de regimes ditatoriais, enfim. De acordo com Carrano e Brenner (2008, p. 1), “os jovens de hoje mantêm a motivação para a participação, porém é um número reduzido que se encontra disposto a fazê-la em espaços tradicionais e institucionalizados [...]”, ou seja, novos contextos de participação e novos sentidos de mobilização social têm surgido no Brasil, demonstrando tendências mais autônomas de jovens na criação de seus próprios mecanismos organizacionais políticos.

Dados do Latinobarômetro (apud MEC/UNESCO, 2007, p. 31) apontam que tais evidências representam graves problemas de gestão ligados à corrupção e falta de transparência das instituições tradicionais, não simplesmente “apatia juvenil”, como se supõe muitas vezes<sup>1</sup>. Estruturas como posses



Palestra na Arena Software Livre durante o Campus Party Brasil 2010

Novos contextos de participação e novos sentidos de mobilização social têm surgido no Brasil, demonstrando tendências mais autônomas de jovens na criação de seus próprios mecanismos organizacionais políticos.

de hip hop, coletivos, conselhos, grupos culturais, e ONGs têm configurado as atuais práticas políticas juvenis (NOVAES, 2005). Em termos de conteúdo, abordagens ligadas a gênero, raça, política pública, processos eleitorais, ética, ecologia, direitos sexuais e digitais se fazem mais presentes entre as tendências de engajamento.

Diversos pesquisadores especialistas no tema *juventude e participação política* diagnosticam essa “crítica dos jovens às organizações partidárias, seu desinteresse por formas de representação institucionalizadas e necessidade de maior orientação por temas diferenciados dos temas clássicos”. (CASTRO, VASCONCELOS, 2007, p. 104).

[...] este é um tempo de distopias, ou de utopias datadas e circunscritas a fins imediatos. Ou seja, nestes tempos perderia lugar a figura do militante do movimento estudantil, para alguns autores uma agência que teria perdido o seu papel quer de advocacia de direitos dos estudantes universitários, de representação dos interesses desse grupo, quer de sítio de lutas contra desigualdades sociais, modos de operação da modelagem político-econômica em curso, por justiça e mudanças sociais. (CASTRO; VASCONCELOS, 2007, p. 103).



Ampliando nossa lente, é possível perceber que, no cenário contemporâneo de interferência política da juventude, há até formas não presenciais de luta e participação, como o caso dos aqui identificados ciberpolíticos<sup>2</sup>, que atuam por meio de redes virtuais de emails, grupos de discussão, *Orkut*, *blogs*, *Youtube*, *Messenger* e *sites* em geral.

Em pesquisa realizada na I Conferência Nacional da Juventude no Brasil, evidenciou-se que, entre internautas militantes, as aplicações virtuais mais utilizadas são também as mais democráticas e que permitem um alto grau de exposição, diálogo, interação, pois possuem baixa capacidade de filtragem e seleção de informação por parte dos administradores e dos próprios jovens usuários (ABRAMOVAY; CASTRO, 2009). Para Costa e Avritzer (2004, p. 704), o processo da democracia “deveria penetrar o tecido das relações sociais e da cultura política gestada, a democratização já não é mais o momento de transição, é o processo permanente e nunca inteiramente acabado de concretização da soberania popular”. Portanto, cogitamos que o estabelecimento de fluxos de comunicação lançados na internet por jovens a partir das aplicações mais participativas e interativas existentes, como *e-mail* e *Orkut*, com fins imediatos de interações políticas, estariam validando uma lógica de fomentação da esfera pública que autolegitima a penetração de atores não institucionalizados no processo de participação e, conseqüentemente, de democratização da sociedade e do Estado, demonstrando, com efeito, o desenvolvimento autônomo de manifestações e posicionamentos políticos entre jovens.

Por outras, a aparição de diversos atores políticos e “politizadores” no interior da esfera pública virtual

No cenário contemporâneo de interferência política da juventude, há até formas não presenciais de luta e participação, como o caso dos aqui identificados ciberpolíticos, que atuam por meio de redes virtuais de emails, grupos de discussão.

tem uma maneira que radicaliza ainda mais a participação popular, pois revela a emergência de novos sujeitos “enunciadores” (BRAGA, 2008); aqueles que, antes da internet, eram meros receptores de informações produzidas por rádio e televisão, agora se colocam no domínio da criação e interação de notícias e ideologias, construindo e consumindo culturas, identidades e desidentificações, ampliando políticas e contextos de democracias.

São muitas as formas e oportunidades de participação política na internet e muitas as proposições teóricas nascidas dessa nova conjuntura política e tecnológica. Podemos, no entanto, resumidamente citar o que, em pesquisa, Busson (2009) catalogou como cibermilitância: movimento

como os protestos estudantis na França em 2006 contra a implantação do contrato do primeiro emprego, 5.000 comunidades do *Orkut* ligadas a temas políticos da cidadania sexual, o zapatismo, manifestações contra o G8 em Berlim, a ONG Greenpeace, manifestações contra o governador Arruda do DF, a ocupação da reitoria da USP em 2008, e a ONG Cipó – Rede Sou de Atitude.

As ações e movimentos políticos pesquisados variam em forma, conteúdo e participação, demonstrando a imensa pluralidade de oportunidade gerada por jovens na rede virtual. Com todos esses novos aparatos tecnológicos, o comportamento e conceito de política e participação têm mudado bastante, se não assumidos teoricamente, na prática é possível diagnosticá-los. São movimentos que de fato vêm desarticulando e ressignificando o próprio conceito de participação política. Vejamos.

Em alguns casos, a política *on-line* inverte a estratégia de luta política na circunstância em que os ciberpolíticos geralmente atuam sozinhos, não elegem lideranças e só se encontram no momento mesmo das manifestações. Distinto de partidos e sindicatos



As ações e movimentos políticos pesquisados variam em forma, conteúdo e participação, demonstrando a imensa pluralidade de oportunidade gerada por jovens na rede virtual.



que se consolidam na construção cotidiana de lutas e ideias, a ciberpolítica caracteriza-se, muitas vezes, pelo anonimato, pelo espontaneísmo e por ações interventoras de impacto. Há outros casos em que a internet pode servir como um verdadeiro “teatro de resistência” (ABDEL-MONEIM, 2002), onde adereços, fotos, vídeos, gritos de guerra e entrevistas são disseminados por toda a *web*, retirando, por exemplo, grupos e pessoas do isolamento de regiões distantes e as colocando no centro de um espaço discursivo transnacional.

Por ora, há também investidas que parecem não ter efeito algum, como é o caso da criação de comunidades do *Orkut*, mas que sua expressividade pode estar funcionando como referência na orientação política e

comportamental de jovens, transformando cotidianamente valores e instituições morais (BRAGA, 2008). Muitas vezes, a participação política no *Orkut* é muito baseada na simples filiação e/ou criação de uma comunidade, sem ao menos haver debate dentro delas. Mas por que se inscreveram em comunidades políticas e não em outras categorias de comunidades? A hipótese é que há interesse em se indicar como ligados, como numa espécie de cidadania passiva: filiar-se a uma tendência, a uma comunidade, mas não necessariamente opinar, manifestar-se, o que, reiteramos, reproduz o padrão corrente de “participação” política de muitos, em que apenas consomem-se ideias, se está inteirado de debates, não sendo necessariamente apolítico ou estranho a ela.

O conteúdo político da participação política *on-line* é ilimitado e, muitas vezes, não se prende à ética ou a formalismos. No *Orkut*, comunidades como: “*Roberto Jeferson é o terror*” com 14.927 membros, “*Nosso Aeroporto é 2 de julho*” com 9.639 membros, “*Repúdio à ignorância política*” com 38.301 membros, “*Tenho saudades do lula radical*” com 384 membros evidenciam a mixagem entre ironia e seriedade dos temas políticos tratados. Para alguns estudiosos, a nova política, ou a “nova cultura política”, se manifesta também com práticas que promovem a inversão da imagem convencional de celebridades, marcas ou coisas do gênero, funcionando como a criação de verdadeiras “embalagens políticas”, permissíveis de serem divulgadas mais constantemente pela



Milhares de jovens participam do Campus Party Brasil 2010



Esse exemplo comprova que as ações virtuais podem apresentar consequências políticas reais e que a democracia não deve ser necessariamente “fabricada” a partir do estabelecimento de mais organismos sociais, mas sim que deve ser construída nas formas de convivência, tal como alguns sujeitos, por meio da internet, têm construído.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDEL-MONEIM, SARAH GRUSSING. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético. *Rev. Estud. Fem.*, v. 10, n. 1, p. 39-64, jan. 2002.

ABRAMOVAY, Mirian; CASTRO, Mary. **Quebrando Mitos. Juventude, Participação e Políticas**. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2009.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, 2004.

BRAGA, Adriana A. **Personas Materno-Eletrônicas: feminilidade e interação no blog Mothern**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008. v. 1.

BUSSON, Shayana. Participação Política da Juventude e Ciberespaço. **Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana**, Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.ritla.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=81&dir=DESC&order=name&Itemid=99999999&limit=5&limitstart=40](http://www.ritla.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=81&dir=DESC&order=name&Itemid=99999999&limit=5&limitstart=40)>. Acesso em: 20 nov. 2009.

CARRANO, Paulo; BRENNER, Ana Karina. **Formas e conteúdos da participação de jovens na vida pública**. Rio de Janeiro: Observatório Jovem, 2008. Disponível em: <[http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com\\_content&task=view&id=541&Itemid=23](http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=541&Itemid=23)>. Acesso em: 10 de mar. 2009.

CASTRO, Mary G.; VASCONCELOS, Augusto. Juventudes e Participação Política na Contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES (Org.). **Coleção Educação para Todos: Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

NOVAES, Regina. **A Juventude de Hoje: (Re) Invenções da Participação Social**. São Paulo: [s. n.], 2005.

REDE SOU de atitude. Disponível em: <<http://www.soudeatitude.org.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

STREET, John; SCOTT, Alan. From Media Politics to E-protest: The use of popular culture and new media in parties and social movements. *Information, Communication & Society*. Londres, v. 3, p. 215-240, jun. 2000.

internet, já que a televisão e o rádio têm todo um escopo formal, e/ou, no mínimo, um compromisso com a fonte das notícias e imagens. (CLARK, HOFFMAN- MARTINOT 1998, MARSHALL 1997, FRANKLIN 1994, SCAMMELL 1995 apud SCOOT; STREET, 2000).

Em mais um exemplo, no *site* da Rede Sou de Atitude (2010), pode-se formar politicamente jovens a distância. Naquele espaço, jovens ajudam outros jovens a entender o ciclo de orçamentos municipais, estaduais e federais, bem como ensinam a buscar estatísticas sobre determinados programas sociais, acompanhar a prestação de contas, combater corrupção, fiscalizar verbas e materiais e, ao final, auxiliam a divulgar o relatório de monitoramento na rede virtual, além de entregá-lo às autoridades específicas da política pública que ele monitorou.

Esse exemplo comprova que as ações virtuais podem apresentar consequências políticas reais e que a democracia não deve ser necessariamente “fabricada” a partir do estabelecimento de mais organismos sociais, mas sim que deve ser construída nas formas de convivência, tal como alguns sujeitos, por meio da internet, têm construído. ●

\* SHAYANA BUSSON é licenciada em História, membro do Núcleo de Estudos sobre Juventude, Identidade, Cultura e Cidadania-UCSAL/CNPQ. Email: shayanabs@gmail.com

#### NOTAS

1 Pesquisa da UNESCO – Juventudes brasileiras – (2004), realizada em âmbito nacional apurou que 27,3% dos jovens brasileiros declararam que participam ou já participaram de alguma organização associativa, o que representa, em termos absolutos, aproximadamente 13 milhões de jovens, distribuídos por ONGs, movimentos sociais, partidos políticos, grupos religiosos, ecológicos, sindicatos, agremiações esportivas, grupos de dança, de música e congêneres. Verifica-se que sobre os tipos de associação aos quais pertencem ou pertenceram, 81,1% indicaram as de caráter religioso, 23,6% as do tipo organizacional (esportiva, ecológica, cultural, artística e assistencial), 18,7% as de caráter corpora-

tivo (trabalhista e estudantil) e 3,3% as de caráter partidário (CASTRO; VASCONCELOS, 2007, p. 88).

2 Dados estatísticos demonstram que, com maior probabilidade, os mais jovens usam mais a internet: entre os de 10 a 14 anos, em nível de Brasil, a proporção de internautas é de 24,4%; entre os de 15 a 17 anos, 34%; entre os de 18 a 19 anos, 32,9%; entre os de 20 a 24 anos, 31,1%; entre os de 25 a 29 anos, 27,1%; entre os de 30 a 39 anos, 21,3% e, a partir dessa faixa etária, proporções bem menores são encontradas em relação a uso da internet (PNAD, 2005).



# OS JOVENS NO TRABALHO SOLIDÁRIO: novos rumos da participação política?<sup>1</sup>

Lúcia Rabello de Castro\* Beatriz Corsino Pérez\*\* Conceição Firmina Seixas\*\*\*

Transformações importantes, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, modificaram nossos modos de convivência, fazendo com que nos interroguemos sobre qual participação social e política podemos e devemos ter para decidir as questões da vida coletiva. Neste trabalho, discutimos os impasses que se apresentam para os jovens frente à sua participação na vida social. Pesquisas (PLEYERS, 2005; FORBRIG, 2005; NORRIS, 2002) mostram que os jovens tendem a rejeitar modos convencionais de engajamento político, via partidos políticos, por exemplo, enquanto se mobilizam, efetivamente, em relação a lutas diferentes daquelas que, convencionalmente, chamaríamos de 'reivindicações de ordem política'. Destacamos, nesta contribuição, o trabalho solidário e discutimos seu estatuto como forma de engajamento e participação dos jovens hoje. Por trabalho solidário, entendemos a adesão e engajamento dos jovens a uma 'causa' e a um coletivo que, necessariamente, articulam uma ação com o objetivo de transformar as condições de injustiça e desigualdades sociais.

A discussão trazida aqui se apoia em uma pesquisa realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, ao longo de 2005, com dez jovens de diferentes classes socioeconômicas, moradores do Rio de Janeiro, de ambos os sexos, com idades entre 16 e 25 anos. Os jovens entrevistados pertenciam a diversos movimentos e associações, cujas atividades variavam: davam aula de circo, capoeira e origami para pessoas de baixo poder aqui-



O grafite tem sido ação de muitos projetos sociais desenvolvidos por jovens

sitivo; participavam da programação e divulgação de rádio comunitária; ensinavam voluntariamente em cursos pré-vestibulares e preparatórios para o Ensino Médio; faziam oficinas em escolas sobre direitos humanos; criavam manifestações e intervenções em prol de uma cultura nacional e arrecadavam recursos por intermédio de eventos culturais para outras ONGs ou instituições que promoviam ações sociais. Ainda que inseridos em coletivos bastante distintos, nas formas de atuação e objetivos, verificamos que a participação desses jovens estava articulada, no seu próprio discurso, por uma mobilização frente às injustiças e desigualdades sociais, e um 'dever de agir' em relação a elas.

## Ser solidário: a 'importância de ajudar o outro'

Notamos que a motivação dos jovens para realizar o trabalho solidário é desencadeada por uma identificação com a situação de injustiça e opressão sofrida pelo semelhante: para alguns, por terem vivido, eles mesmos, uma situação pessoal de privação, há identificação com aqueles seus semelhantes que também padecem da mesma situação; para outros, pela mobilização causada por situações de injustiça e desigualdade que observam e 'vivem' no seu cotidiano.

Entre os jovens menos favorecidos economicamente, muitos se sentiram beneficiados, cultural e educa-

Notamos que a motivação dos jovens para realizar o trabalho solidário é desencadeada por uma identificação com a situação de injustiça e opressão sofrida pelo semelhante.



Suas ações objetivam mudanças que consideramos como 'pontuais', em oposição a 'ações globais', orientadas por uma ética de responsabilidade e solidariedade. A transformação da sociedade não é almejada de forma estrutural, mas no plano das mudanças individuais, ou seja, provocando mudanças na história de vida das pessoas.

cionalmente, com o trabalho realizado por ONGs ou outros projetos, e decidiram trabalhar por aqueles que estão na situação em que já estiveram. Eles consideram sua participação como uma forma de *retribuição* daquilo que receberam e querem servir de exemplo para crianças e jovens que estão nas ruas, envolvidos com o crime e as drogas. Esses jovens desejam transmitir a mensagem de que existem outras opções na vida e que a "recuperação" é possível. A identificação desses jovens com o público que pretendem atingir passa pela mobilização de que *eles devem, e podem, fazer algo*, uma vez que eles próprios conseguiram mudar o rumo de suas vidas. Um sentimento de compaixão e responsabilidade pelo outro os conduz a agir.

Os jovens de classe menos favorecida também intervêm na comunidade, a fim de melhorar as condições de vida das pessoas com as quais convivem. Um jovem entrevistado disse ajudar os artistas locais, abrindo espaço na programação da rádio em que trabalha para divulgação de suas produções. Segundo o jovem, *"a rádio comunitária tá ali pra isso, né, mano? Pra dar uma voz aos excluídos. Porque às vezes você tem uma comunidade que é excluída assim, não tem voz, não tem nada..."*.

Outros entrevistados, embora não tenham passado por nenhuma situação de privação material, mesmo assim, se sentem afetados pelas injustiças sociais. É, justamente, porque se percebem "favorecidos" pela sociedade, que procuram agir em prol daqueles que não tiveram tantas oportunidades como eles. Com o intuito de reparar as desigualdades sociais, esses jovens aderem a coletivos de ação so-

cial. Eles percebem sua atuação como uma obrigação de tornar a realidade mais justa, já que tiveram boas condições de vida. Um jovem coloca que, *"se o governo não faz, eu não vou simplesmente ficar quieto, entendeu? Até porque, se eu tive as condições, foi questão de sorte, ninguém pede pra nascer sem condições"*.

A adesão a um coletivo de trabalho solidário significa a necessidade de apoio para compartilhar com outros jovens, ideias, impressões e ações. Dois aspectos chamam a atenção nas entrevistas com os jovens. Suas ações objetivam mudanças que consideramos como 'pontuais', em oposição a 'ações globais', orientadas por uma ética de responsabilidade e solidariedade. A transformação da sociedade não é almejada de forma estrutural, mas no plano das mudanças individuais, ou seja, provocando mudanças na história de vida das pessoas. As ações dos jovens no trabalho solidário visam a afetar o outro, seja pela educação ou pela arte, pois consideram que cada um, individualmente, seja importante na transformação do mundo. Dessa forma, essas pessoas podem transmitir para outras o que aprenderam, fazendo com que as ações se multipliquem e atinjam um número cada vez maior de pessoas. Um jovem explica: *"Se a gente consegue ampliar essa quantidade de agentes, eu acho que a gente potencializa a nossa ação. Atinge de fato esse efeito multiplicador da ação social"*.

Os jovens envolvidos no trabalho solidário dizem que essa forma de participação é recompensadora e prazerosa, tanto pelo laço social estabelecido com um grupo mais amplo de pessoas, como também pelos ganhos



MUITAS ESPÉCIES - UM PLANETA - UM FUTURO  
DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE - 5 DE JUNHO DE 2010



www.bancomundial.org/br



United Nations Environment Programme

Os temas ambientais têm mobilizado muitos jovens para o trabalho solidário

personais. Por exemplo, ser reconhecido pelo que faz, ganhar notoriedade na comunidade em que mora ou estuda, encontrar satisfação pessoal, ou mesmo desenvolver habilidades que podem ser úteis em outros momentos de suas vidas (ao dar aulas, se perde a timidez, se alargam as redes sociais).

Ao avaliarmos a adesão dos jovens ao trabalho solidário, pensamos que a interpelação por parte de um outro que sofre ou da injustiça presenciada, pode ser um dos determinantes da *decisão de agir*. Significa que, ainda que muitos jovens possam ser afetados pelas injustiças ao seu redor, eles não conseguem servir-se do afetamento para a ação. O diferencial aqui seria que alguns jovens, frente às injustiças e ao mal-estar por elas provocado, partem para a ação. Se a política comporta uma dimensão ética, como afirma Critchley (1998, 2007), entendemos que ela consiste na possibilidade de os sujeitos serem tocados pela situação de um outro, e responderem pela ação – daí adviria a *responsabilização*.



## Agir no coletivo: amizade e conflito no trabalho solidário

O engajamento dos jovens para “ajudar os outros” e para “construir uma sociedade melhor” também se reverte como modo de sociabilidade com os colegas e conquista de novas amizades. Participação social e vida pessoal se misturam, uma vez que o engajamento no grupo acaba criando um lugar de pertencimento. A acentuação dessa característica confere à experiência desses sujeitos um forte valor afetivo, de mobilização pelo prazer de estar com amigos ou pares, fazendo algo coletivamente.

Ao se reunirem e debaterem juntos, muitos jovens conseguiram criar a organização em que participam. Eles apontam que a formação dos grupos se deu através de um processo longo, de bastante investimento por parte de seus integrantes, que estavam juntos porque possuíam “*vontades e objetivos comuns*”. Os jovens ressaltaram ser muito importante que o grupo estivesse unido para que se sustentasse sua continuidade, mesmo com as frustrações e os conflitos que surgiam. A superação das dificuldades acabava servindo para fortalecer os laços de confiança e amizade do grupo.

No entanto, parece que alguns entrevistados temiam os conflitos, pois achavam que estes poderiam suplantam e tomar o lugar da vontade de ajudar e de transformar a realidade social. Colocavam, a esse propósito, que a consecução do trabalho deveria estar acima dos problemas internos ao grupo. Dar espaço para discutir as diferenças de opiniões poderia atrapalhar ou impossibilitar a ação coletiva.

Perguntamo-nos, nesse sentido, se a redução dos diferentes posicionamentos intragrúpicos, não concorreriam para certa postura salvacionista dessa forma de participação, em que

Participação social e vida pessoal se misturam, uma vez que o engajamento no grupo acaba criando um lugar de pertencimento.

se justifica evitar discórdias para levar a cabo a tarefa, custe o que custar. Parece que o investimento intenso nas realizações e a obtenção de gratificações com este trabalho afastam o grupo do difícil processo da convivência entre eles próprios, ao se afastarem e recusarem tudo aquilo que possa atrasar e penalizar os objetivos do grupo.

### Expandindo as fronteiras do grupo

Para alguns coletivos de jovens, era importante buscar se inserir em coletivos mais amplos, na tentativa de compartilhar suas experiências e visões de mundo. Eles disseram ter ido ao Fórum Social Mundial para tentar articular seu trabalho com outros projetos e tornar visíveis suas ações. Outros coletivos também estavam ligados a outros grupos, por exemplo, ao movimento *hip hop*, no qual se discutiam questões, como a condição de ser negro na sociedade hoje. Entendemos que esses envolvimento, para além do próprio coletivo, refletem um

esforço de construir redes com outros movimentos, cujos objetivos podem diferir.

Por outro lado, muitos coletivos de jovens permanecem centrados em seu próprio grupo, buscando realizar a sua tarefa, da melhor maneira possível. Eles podem ter o apoio da comunidade ao conseguir um espaço, uma doação ou algo que viabilize sua ação, mas não chegam a construir alianças e espaços de diálogo com outros setores da sociedade. Esse fato qualifica o trabalho solidário como bastante restrito no modo de se fazer visível ou de criar alianças com outros cujas lutas se encaminham em direções semelhantes. É como se o espaço no grupo fosse autossuficiente, cumprindo a expectativa de ‘realizar a tarefa’ e ‘vivenciar o pertencimento ao coletivo’. Assim, o investimento preponderante na tarefa e sua eficácia nos leva a questionar se o trabalho solidário, além de se constituir como uma plataforma de realização pessoal, de convivialidade e de pertencimento para os jovens, pode se reverter como experiência relevante

Esse fato qualifica o trabalho solidário como bastante restrito no modo de se fazer visível ou de criar alianças com outros cujas lutas se encaminham em direções semelhantes. É como se o espaço no grupo fosse autossuficiente, cumprindo a expectativa de ‘realizar a tarefa’ e ‘vivenciar o pertencimento ao coletivo’.

Projeto Uerê na comunidade da Baixa do Sapateiro no Complexo da Maré/RJ





ONGs brasileiras têm promovido o trabalho solidário no Dia Global do Voluntariado Jovem, organizado mundialmente pela Youth Service America (YSA) e Global Youth Action Network (GYAN)

No trabalho solidário, pareceu-nos que a 'solidariedade' está articulada ao sentimento de responsabilização pelo qual os jovens dão conta de seu engajamento. Os jovens visam a uma ação que produza efeitos imediatos, como uma resposta às desigualdades e injustiças.

para a inovação efetiva das formas de participação política e democrática, uma vez que ele não se preocupa em construir uma lógica de equivalência de lutas e demandas (MOUFFE, 2000), fundamental para alcançar a transformação social.

### A relação do trabalho solidário com a política e os políticos

A política convencional, que possui uma configuração estruturada, com divisões de cargos e funções, e com uma atuação formalizada por meio de um conjunto de práticas e discursos específicos, aparece nas falas dos entrevistados como um obstáculo, que dificulta suas ações e as esvazia de sentido. O trabalho solidário, portanto, apresenta-se para esses jovens como uma alternativa à política institucionalizada.

Muitos jovens associam a ideia de política (entendida como a atividade e ação no espaço público) à da figura do político (o personagem que supostamente encarnaria essa função) de forma negativa, apontando que a prática deste deixaria a desejar. O descrédito e a decepção em relação ao comportamento de nossos governan-

tes e representantes contribuem para que os jovens façam uma confusão entre esses dois âmbitos: o da política e o da figura do "político profissional". A reputação e atuação negativa dos políticos acabam desqualificando tudo o que diz respeito à política de modo geral.

Para alguns jovens, há um temor de que as suas ações e os objetivos de seus trabalhos sejam percebidos como uma atividade política ou mesmo tenham qualquer relação com ela. A preocupação dos jovens em se distanciarem das práticas partidárias eleitorais expressa o desejo de valorizar o seu trabalho e de mantê-lo próximos aos interesses da comunidade local. O político profissional é descrito como uma figura oportunista, que se aproveita de iniciativas bem intencionadas para se eleger, para garantir seus interesses particulares. Segundo um jovem, "a galera não gosta de política não". Por isso, o grupo de que faz parte prefere chamar a sua forma de participação de "movimento" a denominá-la como política.

Além disso, o distanciamento desses jovens em relação à política aparece como se ela fosse algo reservado às práticas e representações

do mundo adulto. As seguintes falas: "eu não entendo muito essa parada de política assim, não gosto" e "eu nem entendo muito disso" demonstram o quanto a política não desperta o interesse dos jovens engajados no trabalho solidário, pois a consideram muito "complicada" e fora do seu campo de ação. É como se a política não dissesse respeito a eles, ficasse restrita aos políticos profissionais e ao sistema burocrático.

Esse distanciamento em relação à política parece estar mais presente nas falas de jovens pobres, que tiveram pouco acesso à educação escolarizada. Para eles, a experiência da política se dá através da figura do político profissional que se aproxima da comunidade e de seus moradores com interesses particulares, principalmente o de conseguir voto nas eleições. Afastar-se dessa figura significa estar fora de uma prática considerada interessante e enganadora, já que os políticos não se preocupariam de fato com os interesses da comunidade.

Por outro lado, jovens de classe média e alta que estão na universidade parecem se sentir mais confortáveis e próximos ao tema da política e pensam o contrário, que ela "está em



tudo”, “é tudo”. Em seus discursos, fazem a separação entre a política, como área de atuação, e a figura do político profissional. É o caso de um jovem que, além de participar de uma ONG, é estudante de Direito e participa do DCE de sua faculdade, e de outro jovem, coordenador do curso preparatório e estudante de História. Em suas palavras, respectivamente:

[...] porque é tudo política, sabe? O que se passa na minha casa também é político. A mulher dentro de casa sendo subjugada pelo marido, as posturas que você toma dentro de casa com seus pais, o jeito que você trata as pessoas, isso tudo é política pra mim.

Eu acho que a política tem esses dois lados: o da política partidária e o da política do dia-a-dia. Viver é fazer política, o tempo todo se relacionar [...] eu acho também que tem essa possibilidade de atuação política que não envolve essa política institucional, que é, por exemplo, esse tipo de projeto social, que é a atuação em ONGs de uma forma mais ampla.

Ao se sentirem mais próximos da política e mais familiarizados com o tema, esses jovens também conseguem identificar as suas ações como tendo um caráter político. Eles expressam uma visão crítica da sociedade, vendo a política como parte do dia a dia, e admitem a possibilidade de uma ação política fora das práticas institucionais.

A partir dessas falas, podemos nos perguntar se a participação dos jovens se caracteriza como apolítica pelo fato de eles fazerem questão de demarcar sua distância da política convencional ou, de outro modo, se a participação



Universitários catarinenses participam do Dia Global do Voluntariado Jovem

Por serem ações localizadas e não se dirigirem diretamente às estruturas dominantes de poder, essas ações perdem força quanto a influenciar o funcionamento do sistema como um todo e suas determinações.

política também se faria por outras vias que não a da representação institucionalizada. Ainda que apresentem posicionamentos variados, no que diz respeito ao entendimento do que a política significa em suas práticas, percebemos que os engajamentos dos jovens entrevistados não seguem os enquadres convencionais de participação política, rejeitados pela perda da credibilidade na representação e nas instituições tradicionais. A ideia de transformação da sociedade está vinculada a uma busca por uma igualdade econômica e de direitos para os indivíduos. Podemos dizer que a capacidade desse movimento parece basear-se menos em uma ação dirigida diretamente às estruturas formalizadas de poder e mais no potencial dos jovens de criar e experimentar ações, no presente, que possam minimizar as injustiças sociais. Segundo um jovem, a ideologia do grupo “é essa da igualdade e da transformação social”.

### Os rumos da participação política

No trabalho solidário, parecem-nos que a ‘solidariedade’ está articulada ao sentimento de responsabilização pelo qual os jovens dão conta de seu engajamento. Os jovens visam a uma ação que produza efeitos imediatos, como uma resposta às desigualdades e injustiças. Eles falam das muitas dificuldades, frustrações e percalços dessa forma de participação, mas convergem quando optam por uma ação que produza resultados palpáveis de transformação, mesmo que pontuais.

A participação dos jovens aqui entrevistados compreende uma diversidade de formas de atuação. Contudo, apesar de tal variabilidade, tem-se sinalizado que esse tipo de participação tende a constituir uma forma distinta de participação social e política frente a outras tantas possíveis (CLAGGET; POLLOCK, 2006; BRUSSINO; RABBIA;



SORRIBAS, 2008). O trabalho solidário se diferencia de um modo convencional de participação, que acontece dentro de grupos que possuem regras definidas e formas de ação estruturadas e hierárquicas, como a que é exercida por meio de partidos, sindicatos e do movimento estudantil. Por serem ações localizadas e não se dirigirem diretamente às estruturas dominantes de poder, essas ações perdem força quanto a influenciar o funcionamento do sistema como um todo e suas determinações. Aliás, os próprios jovens admitem que não pretendem atingir tais objetivos, justificando que a forma convencional de fazer política não consegue promover as mudanças necessárias na sociedade. Percebemos, assim, como se torna importante para esses jovens a ação prática no presente e a possibilidade de obter resultados por meio dela.

O trabalho solidário possibilita para os jovens a reversão do tempo de *agir depois*, para o *agir agora*. O engajamento possibilita um lugar diferente do papel de “aprendiz”, de um indivíduo em desenvolvimento, que deve passar por um processo de preparação para ter, ao final, credenciamento para uma participação mais efetiva na sociedade (CASTRO, 2008). Em suas ações sociais, os jovens se veem capazes de fazer alguma coisa no presente, com os conhecimentos e instrumentos que já possuem. Como enfatizou Pais (2005), os jovens recusam a aceitar passivamente o período de moratória social que lhe é concedido e tentam também participar da construção da sociedade, a partir de suas possibilidades e potencialidades, no momento presente de “suas juventudes”. Isso fica claro nas participações de jovens envolvidos em projetos educativos

que procuram compartilhar o conhecimento que possuem com aqueles que não tiveram a mesma oportunidade que eles. No caso, os jovens saem do papel de alunos, habituados a receber o conhecimento, para assumirem a posição de professores, e oferecerem aos outros o seu saber. ❶

\*LUCIA RABELLO DE CASTRO é Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\*\*BEATRIZ CORSINO PÉREZ é Doutoranda do curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\*\*\*CONCEIÇÃO FIRMINA SEIXAS SILVA é Doutoranda do curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NOTA: ❶ Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre Participação Política e Juventude, financiada pelo CNPQ e FAPERJ.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUSSINO, S.; RABBIA, H.; SORRIBAS, P. Una propuesta de categorización de la participación política de jóvenes cordobeses. *Psicología Política*, v. 8, n. 16, 2008.

CASTRO, L. R. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização pelo destino comum. *Revista Sociologia Política*, v. 16, n. 30. Curitiba, 2008.

CLAGGET, W.; POLLOCK, P. The Modes of Participation Revisited. 1980-2004. *Political Research Quarterly*, v. 54, n. 4, 2006.

CRITCHLEY, S. *Infinitely Demanding: Ethics of Commitment, Politics of Resistance*. London: Verso, 2007.

CRITCHLEY, S. The Other's Decisions in Me: what are the politics of friendship? *European Journal of Social Theory*. London; New Delhi, 1998.

FORBRIG, J. Introduction: democratic politics, legitimacy and youth participation. In: FORBRIG, J. (Org.). *Revisiting youth political participation: challenges for research and democratic practice in Europe*. Strasbourg: Council of Europe, 2005.

MOUFFE, C. *On the Political*. Londres: Routledge, 2000.

NORRIS, P. *Democratic Phoenix: Political Activism Worldwide*. Cambridge: Cambridge University, 2002.

PAIS, J. M. As múltiplas “caras” da cidadania. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (Orgs.). *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

PLEYERS, G. Young people and alter-globalisation: from disillusionment to a new culture of political participation. In: FORBRIG, J. (Org.). *Revisiting youth political participation: challenges for research and democratic practice in Europe*. Strasbourg: Council of Europe, 2005.



## Juventude, eleições 2010 e o projeto de desenvolvimento: *um impulso para as transformações no Brasil*

Marcelo Gavião\*

À medida que as eleições se aproximam, acaloram-se os debates sobre candidaturas e o papel dos agentes políticos em campo na batalha.

Muito se fala, não sem razão, na necessidade de fazer as devidas comparações entre o Brasil do presente, cheio de esperanças e possibilidades a serem concretizadas, e o da década passada, um país quebrado, refém de políticas antinacionais e antissociais, que havia negociado sua soberania e colocado seus destinos em mãos alheias. Tal comparação será, sem dúvida, um dos elementos-chave do debate nacional, mas não o único.

No último período, diversos debates têm jogado luz sobre uma demanda evidente: o papel inegável do enorme contingente populacional – e eleitoral – que figura na faixa entre 16 e 24 anos. Nesse universo, temos 25 milhões de jovens aptos a votar, segundo o TSE.

Porém, se considerarmos uma faixa mais larga, a dos que figuram entre 15 e 29 anos, teremos nada menos que 50 milhões de brasileiros e brasileiras, com necessidades próprias e um olhar mais voltado para o futuro e menos suscetível a comparações com o período anterior, pois não têm na memória o descalabro dos governos de FHC. Só pra efeito de comparação, uma parte significativa dos jovens que exercerão seu direito de votar pela primeira vez agora em 2010, tinha apenas 8 anos de idade quando Lula foi eleito

Diversos debates têm jogado luz sobre uma demanda evidente: o papel inegável do enorme contingente populacional que figura na faixa entre 16 e 24 anos. Nesse universo, temos 25 milhões de jovens aptos a votar.

em 2002 e, por conta disso, não tem lembranças do atraso que foi para o Brasil, em especial para a juventude, a experiência do governo do PSDB.

Por conta disso, o desafio dos setores avançados que atuam na área é transmitir uma mensagem a partir de bandeiras políticas concretas, capaz de conquistar essa parcela; portanto, esmerar-se em encontrar a exata medida entre valorizar o que foi feito e sinalizar as conquistas que virão, com a eleição de um governo que siga e aprofunde o projeto de mudanças iniciadas no Brasil.

A expressão *continuidade* deve sempre estar ligada à necessidade de avançar, de olhar para frente, entendendo tudo que foi feito até aqui como um “alicerce” que será fundamental para que possamos dar passos mais largos e encontrar respostas para os graves problemas sociais que atingem especialmente a parcela jovem da população.

Dois eixos de atuação – embora não eliminem os demais – ganham primazia, nos dias de hoje, quando debatemos as políticas públicas de juventude: a educação e o trabalho, compreendidos em simbiose.

Mesmo com todos os avanços conquistados nos anos de governo Lula, o desemprego – ou a luta contra o subemprego – ainda continua sendo uma das principais preocupações da juventude.

Vivemos no tempo em que o acesso ao trabalho tem cada vez mais relação com a necessidade da juventude por autonomia e emancipação, e isso faz com que hoje uma parte significativa da juventude no Brasil não se reconheça como estudantil, mas sim como trabalhadora. Nessa lógica, os jovens gastam mais tempo preocupados com o acesso imediato ao mercado de trabalho do que com a necessidade de dar continuidade aos estudos. Tudo isso, diante de um quadro de altas taxas de desemprego juvenil e da precariedade das vagas disponíveis a essa parcela.

Tal realidade tem deixado o debate sobre as políticas públicas de juventude diante de duas opções aparentemente antagônicas, no que se refere ao trabalho: 1) preparar o jovem para fazer a transição, procurando facilitar sua contratação e oferecer-lhe melhores oportunidades de trabalho cada vez mais cedo; 2) prolongar sua escolarização, o que, segundo algu-

Dois eixos de atuação – embora não eliminem os demais – ganham primazia, nos dias de hoje, quando debatemos as políticas públicas de juventude: a educação e o trabalho, compreendidos em simbiose.



O Pacto da Juventude tem comprometido candidatos a cargos eletivos com a agenda das políticas de juventude

DOSSIÊ

## Juventude e Participação



Ao longo dos anos, o ensino médio brasileiro foi perdendo seu papel e se transformando em um período escolar que, por um lado, não prepara os jovens para ter acesso de modo qualificado ao mercado de trabalho e, por outro, não apresenta a perspectiva do acesso ao ensino superior.

mas propostas existentes – como a criação de uma “previdência juvenil” –, significaria redundar em desincentivar/retardar sua entrada no mercado trabalho.

No Brasil, em um primeiro momento, prevaleceram políticas cujo enfoque estava na preparação para o mercado de trabalho. Centradas em cursos de qualificação profissional e no incentivo à contratação de jovens, desvinculado da escola, estas experiências marcaram principalmente as décadas passadas. Contudo, a eficácia da formação profissional quando desvinculada da escola sempre foi questionável, tendo esse modelo bons resultados sempre quando calçados em períodos de crescimento econômico. Momento em que o desemprego juvenil é minorado.

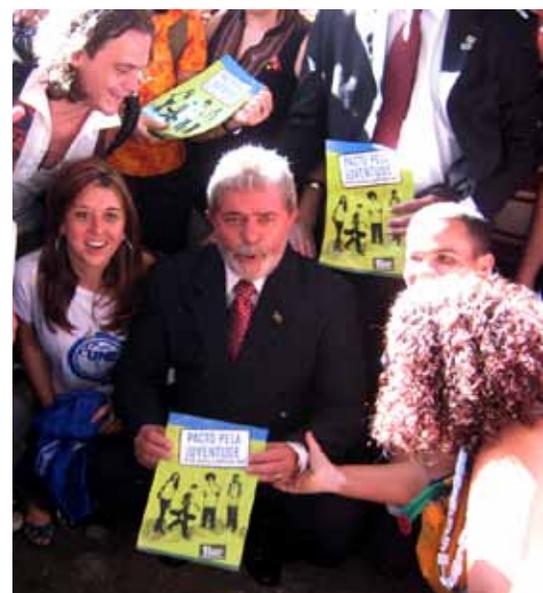
Num segundo momento, já durante o governo Lula, passamos a experimentar outras saídas, como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. Nele, o governo federal buscou combinar a preparação para o mundo do trabalho e a elevação da escolaridade, delimitando-o inicialmente para o público entre 18 e 24 anos que não havia completado o ensino fundamental. Embora a proposta seja boa, ela tende a reforçar a perspectiva de simplesmente adiar a entrada no mercado de trabalho, caso não seja acompanhada de um conjunto de outras medidas, como a elevação da qualidade do ensino fundamental por meio de sua completa reformulação.

Ao longo dos anos, o ensino médio brasileiro foi perdendo seu papel e se transformando em um período

escolar que, por um lado, não prepara os jovens para ter acesso de modo qualificado ao mercado de trabalho e, por outro, não apresenta a perspectiva do acesso ao ensino superior. Fruto dessa realidade, torna-se necessário um debate profundo sobre qual papel deverá ter o ensino médio na conjuntura atual.

Nesse sentido, é bom ressaltar as iniciativas na retomada da construção de um modelo de educação profissional ligada ao ensino médio. Ao contrário das medidas adotadas pelo PSDB nos anos 90, quando, por meio do Decreto 2208/97, desvinculou a educação técnica da educação propedêutica, o atual governo retomou para as mãos do Estado a responsabilidade pela reconstrução do ensino técnico, enxergando nele um pilar importante para o desenvolvimento do país. Essa iniciativa rendeu ao Brasil chegar hoje a 214 escolas espalhadas por todos os cantos do território, devendo esse número crescer significativamente até o fim no ano.

Um outro ponto importante a ser abordado sobre o ensino médio é a situação do magistério. O salário do professor deve conferir a ele o valor que a sociedade lhe dá. Não será possível reformular o ensino médio sem atrair para ele os melhores profissionais – e não iremos atrair os melhores profissionais sem bons salários. Então, foi para dar resposta a esse problema que tivemos um avanço no último período com a criação do Piso Nacional Salarial do professor, que ainda não foi implementado e sofre uma forte resistência principalmente de governadores ligados ao PSDB.



Aqui pode estar um dos caminhos a ser seguido, na perspectiva de encontrar mais harmonia na relação entre educação e trabalho. Essa fase de transição entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho são dois dos processos fundamentais para a própria caracterização da juventude. Devem, portanto, andar lado a lado. Dessa forma, o candidato que pensar diferente disso estará em descompasso com os anseios e necessidades da juventude.

Um país que busca a consolidação de um novo projeto nacional de desenvolvimento deve enfrentar esse debate, buscando desfazer essa aparente dicotomia. Devemos, sim, combinar os dois enfoques: incorporar os jovens ao mercado de trabalho, ao passo em que eles dão continuidade aos estudos. ■

\*MARCELO GAVIÃO é presidente nacional da UJS – União da Juventude Socialista



Se no passado fizemos um movimento “do contra” à redução da maioria, dessa vez realizávamos um encontro “a favor”, para comemorar os 5 anos da maior entidade de hip-hop do mundo, a Nação Hip-Hop Brasil.

## 4P – Política Para o Povo da Periferia

Toni C\*

"O ser humano é um animal político por natureza", já dizia Aristóteles mais de 300 anos A.C. No Ariston, bairro desassistido de Carapicuíba, conheci a política feita pela juventude periférica.

Mão pra Bolo & Cia é uma crew-posse-sindicato dos manos que reúnem skatistas, grafiteiros, teatro, arte circense, maracatu, DJs e um turbilhão de ideias. Uma vez um cartaz da UJS foi parar nas mãos dos malucos.

– Puta que o pariu, é disso que nós tamu falando! Us caras querem enquadrar nós.

Foi mais ou menos assim que Chulipa, cantor da banda Uzome SP, definia a campanha contra a redução da maioria penal. Catraca, um dos mentores do grupo, concordava dizendo:

– Depois vão meter fogo na mulcada!

Referindo-se à legalização da pena de morte e já prevendo os próximos passos.

O cartaz preto tinha uma foto com quatro rapazes no chão “toman-do geral” e um policial em pé com o cano do revolver dentro da boca de um deles.

Nos idos de 95, na era do governo FHC, havia um clima favorável para a aprovação de leis como esta. A vontade da rapaziada de fazer alguma coisa era geral, mas como diz o pensador, o que fazer?

Escola de samba, capoeira, batalha de break, cinco mil pessoas, em um dia de evento comunitário com o mesmo tema “Contra a redução da maioria penal”; foi a nossa resposta. As atrações eram grupos que iam de Ratos de Porão a SNJ, rock e rap juntos. Naquele dia, sorteei no palco livros do Paulo Shetara com o título *A Nação Hip-Hop*. Fico velho e não esqueço essas cenas.

A partir dali, conheci muita gente, percebi que o Ariston era em todo lugar onde houvesse juventude contestando, seja cultural ou socialmente. “Periferia é periferia em qualquer lugar”, dizia GOG.

Com muito custo, nos demos conta de que, se os problemas e dificuldades são iguais em todo canto, a solução poderia também ser coletiva. Foi necessária muita articulação, diálogo e uma década e meia para chegarmos a São Vicente, começo da história.

Se no passado fizemos um movimento “do contra” à redução da maioria, dessa vez realizávamos um encontro “a favor”, para comemorar os 5 anos da maior entidade de hip-hop do mundo, a Nação Hip-Hop Brasil. Em quatro dias, o encontro reuniu um público de mais de dez mil pessoas, mil delegados de todas as regiões do Brasil, cinco países entre eles Chile, Argentina, Venezuela e Canadá, 16 grupos de debates, 10 grandes atrações. Nunca havia acontecido antes nada parecido. O que significa que estávamos na primeira cidade do país fazendo história. Celebrando também a nossa história com o lançamento do segundo livro, *Hip-Hop a Lápis*, que marca o surgimento de uma nova literatura, a Literatura do Oprimido, com mais escritores que Academia Brasileira de Letras.

O encontro contou com autoridades da esfera federal, estadual e local, todas as grandes emissoras de TV cobriram o evento, grandes ícones do movimento como o lendário Nelson Triunfo e MV Bill passaram por lá.

A Nação é a constituição maior de uma rede do movimento hip-hop



À esquerda: Militantes da Nação Hip-Hop no 14o Congresso Nacional da UJS, em São Paulo/SP. À direita: Abertura do 3o Encontro Nacional da Nação Hip-hop, realizando em janeiro deste ano em São Vicente/SP

que se articula internacionalmente. Mas não é a única mostra da atuação política da juventude de periferia por meio da cultura hip-hop. Muitos dos membros Nação, MCs, DJs, grafiteiros e breakers têm também em suas biografias a atuação na câmara municipal de suas cidades, muitas vezes como vereadores. Pois acredite! Há vereadores do rap, como Anderson 4P em seu segundo mandato, em Francisco Morato, ou Eva, em Sumaré. Há também membros de conselhos tutelares, do conselho nacional de juventude, acadêmicos, secretários de cultura. Todos produzindo políticas públicas para o povo da periferia.

Como definiu Danilo Moreira, presidente do Conselho Nacional de Juventude, ao se deparar com a profundidade dos debates, quando dividiu uma mesa com os manos da Nação durante o encontro. "Aqui está presente a alta intelectualidade da periferia."

Hoje, o hip-hop se tornou lei, como a lei 13.348 da semana da cultura hip-hop, aprovada no Rio Grande do Sul, pelo Deputado Estadual Raul Carrion. Eu estive no Auditório Dante Barone, salão nobre da Assembleia dos deputados em Porto Alegre junto com 700 manos para presenciar e celebrar a execução da lei.

O primeiro movimento social que o presidente Lula da Silva recebeu no Palácio do Planalto, em seu primeiro mandato, foi o movimento hip-hop. Ações concretas para o movimento, posso contar por meio de um outro nordestino.

Um cabra casca grossa no hip-hop que conheci. Além de nordestino era pobre, preto, rapper maranhense do grupo Clã Nordestino, de letras politizadas, conhecido como Preto Ghôez.

A Nação é a constituição maior de uma rede do movimento hip-hop. Mas não é a única mostra da atuação política da juventude de periferia por meio da cultura hip-hop. Muitos dos membros Nação, MCs, DJs, grafiteiros e breakers têm também em suas biografias a atuação na câmara municipal de suas cidades, muitas vezes como vereadores. Pois acredite! Há vereadores do rap, como Anderson 4P em seu segundo mandato, em Francisco Morato, ou Eva, em Sumaré.



Em setembro de 2004, no auge de sua trajetória, Ghôez sofreu um acidente de automóvel e faleceu.

Deixou como herança o movimento, a luta. Em sua memória, outros rapazes reivindicaram e tornaram lei aprovada na Câmara Municipal de Sorocaba uma rua no bairro pobre do habiteto com o nome "Preto Ghôez". O nome deste caboclo também foi adotado em outra lei, o edital público que garante o primeiro prêmio nacional de hip-hop produzido pelo Ministério da cultura. É 1,7 milhão em dinheiro que premiará 135 iniciativas culturais.

Por tudo isto, posso emprestar uma frase de um metalúrgico para dizer, "nunca antes na história deste país" o movimento hip-hop teve tamanho protagonismo político, tamanha intervenção social e não irá parar por aqui.

Muito dessas ações passou pela construção do líder do grupo Faces da

Morte, o rapper Aliado G. Presidente fundador da Nação Hip-Hop Brasil, foi o responsável por apresentar o grupo Clã Nordestino ao mundo, foi o primeiro rapper a ser candidato a deputado estadual e o primeiro candidato a prefeito. Estimulando mais de 30 jovens do movimento hip-hop a que concorressem nas eleições de 2008, sete foram os eleitos.

As leis sempre existiram para nos condenar, nos aprisionar. Hoje, criamos leis para nos tornarmos livres.

Ah! Quanto ao ato que organizamos com o Ratos de Porão, pode não ter sido simplesmente por esta atividade, mas a redução da maioria penal não foi aprovada. 📍

\* **Toni C.** é DJ e produtor cultural. Coordenador do Ponto de Cultura Hip-Hop a Lápiz, é autor do vídeo-documentário É Tudo Nosso! O hip-hop fazendo história. Também é membro da Nação Hip-Hop Brasil e da equipe do Portal Vermelho.

# PONTOS DE CULTURA – uma estrutura orgânica a serviço de um novo Brasil!

Tatá Nascimento\*

**E**m todo território brasileiro são cerca de 2500 Pontos de Cultura estimulados e articulados para impulsionar ações diversas, diretamente ligados às comunidades locais, envolvendo em torno de 8 milhões de pessoas, segundo o Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA), num dos mais bem sucedidos programas de cultura e arte do Ministério da Cultura, o Programa Cultura Viva.

Com o intuito de promover pesquisas e projetos institucionais voltados para o aperfeiçoamento de práticas culturais participativas, principalmente do público jovem, o programa vem fomentando, desde 2004, ações que façam circular a produção local de várias comunidades. Podemos dar um exemplo. Antes em condições de extinção, hoje muitas das comunidades indígenas dobraram sua população através de um recomeço com a pintura, com o prazer da prosa e da troca de conhecimento. Esses elementos são partes intrínsecas do sujeito comunitário que goza de percepção, constrói engenhocas e conserta coisas, elevando-se a sua condição de humano, ao tempo que, seguindo com muitas dúvidas, gera processos de educação, numa relação de trânsito entre mundos.

Com base no texto de Turino (2010, p. 6), essas dúvidas surgem como aprendizado, como podemos observar na fala de um indígena: “Estamos confusos. Eu mesmo fui contra a educação do homem branco. Eu não

A importância dos Pontos de Cultura se revela pela promoção da autonomia local, que comporta uma cultura de trabalho compartilhado: um ambiente que produz tecnologia social, não para se criar cultura e sim para potencializá-la.



Com o tema “Tambores Digitais”, o Teia Brasil 2010 ocorreu em Fortaleza/CE

quero que nosso povo fique sem saber nada, mas não pode perder a cultura...” e “Então eu estive pensando muita coisa à noite, como é que se pode fazer isso agora? Por que só uma pessoa tem os cantos? Só ele tem? E o resto? Não pode... Ele tem que passar isso já para os mais jovens. Essa música da Jacuí é a mais importante, a gente não pode perder isso. Meu pai tinha tanta música, já levou. Não passou pra ninguém porque ninguém se interessou ...”. A questão foi posta pelo líder Yawalapiti, o Aritana, que,

analisando a educação como o espaço de guardiania dos saberes, procura fortalecer essa apropriação, organizando o Ponto de Cultura da sua aldeia, que fica em Xingu. Naquela terra, há um povo altamente inteligente, e Aritana é presidente do Instituto de Pesquisas Etno Ambiental do Xingu (IPEAX). Eles atuam com escola de língua, publicações, músicas tradicionais, registros, moda, grafismo corporal, artesanato, arquitetura e, como não podia deixar de ser, tem Yawalapiti na *internet*; afinal, todo Ponto de Cultura

ganha um *kit* multimídias. O índio do Brasil sabe o que é ter seu destino nas mãos de outros, por isso, estão aprendendo com a burocracia de tantos papéis e formulários para terem a possibilidade de falar por si mesmos. Com tantas invenções e possibilidades, impossível não ter o que circular e, partindo de coisas já existentes, recriar. A importância dos Pontos de Cultura se revela pela promoção da autonomia local, que comporta uma cultura de trabalho compartilhado: um ambiente que produz tecnologia social, não para se criar cultura e sim para potencializá-la.

Os Pontos de Cultura geralmente são estruturados em áreas de menor acesso aos bens organizados da cultura, como os quilombos, as periferias das metrópoles, aldeias indígenas, favelas, cortiços, entre tantos outros. Nesses espaços são desenvolvidos momentos de formação, produção e difusão cultural. Com ações continuadas por áreas, surgem combinações ideais às comunidades residentes, visto que o projeto não exige modelo único e nem instalações físicas, possibilitando, assim, o empoderamento cultural a partir de um galpão, uma tenda velha, um centro de cultura ou até um



O Circuito Universitário de Cultura e Arte da União Nacional dos Estudantes, o CUCA da UNE, se insere como uma comunidade de estudantes que atua com produções para fora, para além dos muros das universidades.

espaço acadêmico.

O Circuito Universitário de Cultura e Arte da União Nacional dos Estudantes, o CUCA da UNE, pode ser tomado como exemplo dessa diversidade de experiências dos Pontos de Cultura. O CUCA pode ser considerado como uma comunidade de estudantes que atua com produções para fora, para além dos muros das universidades. A UNE vem procurando resgatar cineclubes, recriar interferências estéticas, colocando em cena o bicho urbano e seu caos ambiental. O CUCA da UNE também tem procurado atuar nas ruas com teatro, circo, música e dança,

alinhando e sistematizando debates de qualidade de vida com a conjuntura política e econômica do país. Mas como ser um Ponto de Cultura sem alienar o conceito de itinerância do movimento estudantil? Desde 2001, o CUCA vem debatendo as diversas faces desse movimento cultural irradiante, que explode de dois em dois anos com os Festivais Estudantis de Cultura e Arte, que são as Bienais. Uma das resoluções do próprio circuito (X Seminário Juventude, Cultura e Política, 2009) reafirma e define que cada estado da federação poderá possuir uma coordenação estadual pela garantia da manutenção e produção do circuito universitário e que cada organização estudantil poderá ter um centro de cultura e arte, fazendo, assim, parte da rede dos CUCAs. Encarar o C de Circuito como C também de Centro nos localizou no mapa do *do-in* social do Programa Cultura Viva, antes mesmo de ele nascer, e, sem sombra de dúvidas, elevou o nível de nossa itinerância a partir das produções locais que construímos com parcerias fundamentais entre universidade e comunidade, ou seja, dando um sul para a pesquisa e extensão.

Nossa ação prioritária pressupõe que quem faz arte é participante ativo na política, nos hábitos sociais e na elaboração de políticas públicas, respeitando a dinâmica de cada local ou coletivo artístico, por meio de uma transformação nas relações econômicas e de poderes. É isso que nos reza o Programa Cultura Viva/ Programa Mais Cultura (Ministério da Cultura, 2010, p.9). O CUCA entende que ser um Ponto de Cultura é poder existir de fato sem objetivos lucrativos e sem visar a implantação de princípios de gestão restrita, corte de verbas, burocratização inerte e segmentação exacerbada de trabalhadores. Ser um Ponto é, a partir de editais públicos, poder funcionar a partir de uma periferia que elabora e articula, para se lançar ao centro da distribuição do conhecimento.



Debate na 5a Bienal de Cultura e Arte na União Nacional dos Estudantes (UNE), realizada no Rio de Janeiro/RJ

Desde que virou Ponto de Cultura, o CUCA realizou montagens de festas populares, caravanas, espetáculos para fóruns de jovens, como os dos Conselhos de Entidades Gerais das entidades estudantis, e até para a Conferência Nacional de Juventude; montou a TV Cuca e desenvolveu o cinejornal, o Cine CUCA e uma porção de trabalhos audiovisuais; lançou editoriais de suma importância para trabalhos acadêmicos e vêm editando uma cartilha que funciona como ferramenta de desburocratização de gestões, pelo qual o estudante cuqueiro/ponteiro pode se munir e criar sua própria rede de trocas e cultura. O CUCA também aperfeiçoou as Bienais da UNE, embora sabendo que trabalhar com um público gigante de mais de 10 mil pessoas é um grande dilema e causa divergências entre os cuqueiros de plantão. Quem faz parte do circuito e é ponteiro dos centros pode se sentir cada vez mais parte de uma articulação que vêm garantindo a circulação de parcerias e fazeres, o que, antes do Programa Cultura Viva, existia muito mais dentro dos muros acadêmicos. Hoje tem-se a possibilidade de ter uma “pintura” mais popular, sendo cada vez mais imprescindível para uma nação mais soberana.

Ainda, os debates que analisam as leis de incentivo e de transposição de impostos, em especial a Lei Rouanet, requisitou dos ponteiros em todo o Brasil mais engajamento em audiências públicas. Uma nova cara e conteúdo para a Lei depende da tramitação nas estruturas do poder público e legislativo, o que cria a necessidade de regências para fazer valer a democracia e os esboços desenhados por trabalhadores da cultura e fazedores de arte.

Além de Bienais, os Pontos de Cultura da rede da UNE precisam propor eixos para as pautas de financiamento, como fazem com os Pontões. Os Pontões de Cultura são projetos que acontecem com valores de até 350 mil reais para formalização de



Debate durante o Teia Brasil 2010

Nossa ação prioritária pressupõe que quem faz arte é participante ativo na política, nos hábitos sociais e na elaboração de políticas públicas, respeitando a dinâmica de cada local ou coletivo artístico, por meio de uma transformação nas relações econômicas e de poderes.

projetos entre Pontos de Cultura, por meio de convênios com vigência de 36 meses. Recebem um valor muito maior que o Ponto local. A justificativa é que, com o Pontão, tem-se a possibilidade concreta de aumentar o poder de difusão cultural dos projetos já existentes e realizados pelas entidades parceiras, integrando e capacitando outros Pontos de Cultura nas cidades, o que se revela estratégico para cada Ponto local. Há outros objetivos, mas a pretensão da maioria dos Pontões é ser uma rede de comunicação articulada entre os Pontos de Cultura, criando espaços de articulação próprios e reconhecendo que a integração é a chave para a sobrevivência dos projetos. Outra questão importante é que os instrumentos de comunicação que surgem com as experiências dos Pontões acabam não sendo desfeitos ao final dos projetos, já que essas ferramentas disponibilizaram pessoal treinado para seguir produzindo conteúdos. Isso evidencia a promoção da soberania, organização e publicidade popular nas ações do programa Cultura Viva: uma visão revolucionária dos meios de difusão das comunidades, o que não acontecia com Rádios Co-

munitárias antes do programa Cultura Viva aparecer no cenário.

Nos CUCAs, vários coordenadores já apontaram a necessidade da interação entre o estudante universitário e as organizações culturais do Estado, na ideia de reunir num só ambiente a universidade, a comunidade e aqueles que fazem a produção artística. O objetivo é favorecer à troca de saberes entre a cultura popular e a cultura erudita, levando o CUCA a assumir a responsabilidade de abrir caminhos para novas ações que estimulem essas iniciativas.

A construção de novos centros culturais e espaços que continuem fomentando a ação da comunidade escolar, contemplando professores, alunos e cidadãos, e o fomento dos quilombos, das periferias, aldeias indígenas, das favelas, entre outros espaços sociais, a partir de 2011, dependerão da continuidade da visão estratégica, e melhorada, do Programa Cultura Viva. Diversas comissões estaduais de Pontos de Cultura já se articulam e defendem o Projeto de Lei Cultura Viva, a fim de manter como política de Estado essa imensa engenhoca que está dando muito certo. É impossível

A construção de novos centros culturais e espaços que continuem fomentando a ação da comunidade escolar, contemplando professores, alunos e cidadãos, e o fomento dos quilombos, das periferias, aldeias indígenas, das favelas, entre outros espaços sociais, a partir de 2011, dependerão da continuidade da visão estratégica, e melhorada, do Programa Cultura Viva.

não reconhecer que essa é uma estrutura orgânica que está serviço de um novo Brasil. Falta saber se ela será um projeto de Estado para todos os brasileiros, e não apenas uma política de governo a mercê dos interesses que se apresentam no Planalto Nacional. ●

\* **TATÁ NASCIMENTO** é Graduanda em Artes Visuais, atriz e coordenadora estadual do CUCA da UNE/SP.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CULTURA viva. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/cultura\\_viva](http://www.cultura.gov.br/cultura_viva)>. Acesso em: 30 abr. 2010.

FÓRUM ponto de cultura. Disponível em: <<http://www.forumpontosdecultura.blogspot.com>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

PONTÕES. **Teia sul**. Disponível em: <<http://www.alquimidia.org/redesul/index.php?mod=pagina&id=105>>. Acesso em: 28 abr. 2010.

TURINO, Célio. **Caderno de Textos do TEIA Paulista 2010**. Comissão Paulista Pontos de Cultura. Ministério da Cultura, 2010.



# Juventude@Juventude.br



Neste espaço, a **Juventude.br** divulga ações e projetos relacionados à juventude, de âmbito nacional, desenvolvidos pelo poder público e/ou pela sociedade civil organizada. A idéia é apresentar dicas sobre projetos de interesse público, que tenham hot site e possuam apelo participativo e caráter democrático.



## Observatório da Igualdade de Gênero

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero é uma iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR que, em parceria com outras instituições públicas e com organismos internacionais e organizações da sociedade civil, pretende dar visibilidade e fortalecer as ações do Estado Brasileiro para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres. Acesse no endereço [www.observatoriadegenero.gov.br](http://www.observatoriadegenero.gov.br)

## Campanha Nacional contra a Violência

A Campanha Nacional contra a Violência e o Extermínio de jovens é uma ação articulada de diversas organizações para levar a toda sociedade o debate sobre as diversas formas de violência contra a juventude, especialmente o extermínio de milhares de jovens que está acontecendo no Brasil. Com isso, a Campanha objetiva avançar na conscientização e desencadear ações que possam mudar essa realidade de morte. Engaje-se no endereço [www.juventudeemmarcha.org.br](http://www.juventudeemmarcha.org.br)



## Rede de Conselhos de Juventude

A Rede de Conselhos de Juventude é uma rede social criada com intuito de fortalecer os conselhos e os/as conselheiros/as de juventude. É um espaço para a troca de experiências, informações, textos, fotos, notícias que faz da Rede de Conselhos de Juventude um instrumento de aprendizagem e fortalecimento da participação, com o objetivo de estimular a troca e diálogo em rede. Tenha contato no endereço: [www.conselhosdejuventude.ning.com](http://www.conselhosdejuventude.ning.com)